



**LISBOA
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT**

**MESTRADO EM
FINANÇAS**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO**

A EVOLUÇÃO E A EFICIÊNCIA DO IVA NOS PAÍSES DA
UNIÃO EUROPEIA (98-2011)

SÓNIA RAQUEL BRANCO ALVAREZ

OUTUBRO - 2014

**MESTRADO EM
FINANÇAS**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO**

**A EVOLUÇÃO E A EFICIÊNCIA DO IVA NOS PAÍSES DA
UNIÃO EUROPEIA (98-2011)**

SÓNIA RAQUEL BRANCO ALVAREZ

ORIENTAÇÃO:

PROFESSOR DOUTOR JOAQUIM JOSÉ MIRANDA SARMENTO

OUTUBRO - 2004

Resumo

O foco principal deste trabalho é o estudo da evolução da tributação do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) nos 27 Estados-Membros (EM) da União Europeia (UE). Primeiramente foi feita uma análise da tributação do Imposto sobre o Valor Acrescentado recorrendo-se a 5 categorias de indicadores: receita total de imposto em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), imposto sobre o valor acrescentado em relação ao PIB, imposto sobre o valor acrescentado em relação à tributação total, taxa normal de IVA e taxas de imposto implícitas de tributação em relação ao consumo. Estes cinco indicadores são analisados no período compreendido entre 1998 e 2011.

Os objetivos principais para a realização destes estudos consistem na análise da atual situação da tributação na UE e Zona Euro em 2011, compreender a sua evolução e quais as principais tendências no período em observação. Foi feita seguidamente, uma análise mais pormenorizada para Portugal e Espanha.

Foi também feita uma análise à evolução das receitas de IVA e aos 3 indicadores e eficiência do IVA (*VAT Productivity*, *C-efficiency* e *VAT Revenue*) entre o ano de 1998 até 2011.

Os resultados indicam que, em média, o nível de tributação sobre o valor acrescentado aumentou na maioria dos EM da UE e por conseguinte, aumentou a carga fiscal. A partir de 2009 registou-se um aumento mais significativo nalguns indicadores devido à conjuntura económica desfavorável que se começou a agravar a partir desse ano.

É visível que na maioria dos países da União Europeia registou-se um aumento da Receita em % do PIB face ao respetivo aumento tanto da taxa normal de IVA como da taxa estatutária.

Por fim, com a análise aos três indicadores de eficiência, podemos concluir que um aumento de receita de IVA ou da taxa normal de IVA gera na média da UE um aumento da eficiência.

Abstract

The main purpose of this thesis is the study of the evolution of taxation of value added tax in the 27 Member States (MS) of the European Union (EU). Firstly an analysis of the taxation of Value Added Tax was made by resorting to the 5 categories of indicators: total income tax to Gross Domestic Product (GDP), value added tax to GDP value, tax value added to the total taxation, VAT standard rate and implicit tax rates of taxation in relation to consumption. These five indicators are analyzed for the period 1998-2011.

The main objectives for these studies consist in analyzing the current situation of taxation in the EU and the Eurozone in 2011, to understand its evolution and what are the main trends in the period under observation. A more detailed analysis for Portugal and Spain was subsequently done.

It was also conducted an analysis regarding the developments in VAT revenue, the 3 indicators and efficiency of VAT (*VAT Productivity*, *C-Efficiency* and *VAT Revenue*) between the years of 1998 until 2011.

The results indicate that on average, the level of taxation on value added increased in most EU Member States and therefore increased the tax burden. From 2009 there was a more expressive increase in some indicators due to the economic downturn that began to worsen from that year.

It can be evidently observed that in the majority of EU countries registered an increase in revenue as % of GDP compared to the respective increases in the standard rate of VAT as the statutory rate.

Finally, with the analysis of the three levels of efficiency, we can conclude that an increase in *VAT revenue* or the normal VAT rate generates the EU average increased efficiency.

Índice

Resumo.....	iii
Abstract	iv
Índice.....	v
Índice de Gráficos e Tabelas.....	vi
Índice de gráficos	vi
Índice de tabelas	vii
Lista de Acrónimos.....	viii
Agradecimentos	ix
1. Introdução.....	- 1 -
2. Revisão de Literatura	- 3 -
2.1. IVA na União Europeia: evolução.....	- 3 -
2.2. Estudos sobre a carga fiscal IVA (UE)	- 4 -
2.3. Estudos sobre eficiência do IVA (UE)	- 5 -
3. Metodologia e dados	- 7 -
4. Análise da tributação sobre o Imposto sobre o Valor Acrescentado nos 27 Estados-Membros da U.E.....	- 10 -
4.1. Receita total de imposto em relação ao PIB	- 10 -
4.2. Imposto sobre o valor acrescentado em relação ao PIB.....	- 11 -
4.3. Imposto sobre o valor acrescentado em relação à tributação total.....	- 12 -
4.4. Taxa Normal de IVA.....	- 13 -
4.5. Taxas de imposto implícitas de tributação em relação ao consumo	- 14 -
5. Análise da evolução das receitas de IVA desde 1998 até 2011	- 15 -
6. Análise à evolução da eficiência do IVA desde 1998 até 2011	- 19 -
6.1. VAT Productivity.....	- 19 -
6.2. C-Efficiency.....	- 21 -
6.3. VAT Revenue	- 23 -
6.4. Síntese da análise dos vários gráficos	- 25 -
7. Conclusão	- 27 -
8. Bibliografia	- 29 -
Anexos.....	- 32 -

Índice de Gráficos e Tabelas

Índice de gráficos

Gráfico I. Variação da Receita de IVA em % do PIB vs Variação da taxa normal de IVA de 1998 a 2011.....	- 15 -
Gráfico II. Variação da Receita de IVA em % do PIB vs Variação da taxa implícita em % do consumo, de 1998 a 2011	- 17 -
Gráfico III. Variação VAT Productivity vs Variação da Receita de IVA, de 1998 a 2011	- 20 -
Gráfico IV. Variação VAT Productivity vs Variação da Taxa Normal, de IVA de 1998 a 2011 .	- 21 -
Gráfico V. Variação C-Efficiency vs Variação da Receita de IVA, de 1998 a 2011	- 22 -
Gráfico VI. Variação C-Efficiency vs Variação da Taxa Normal, de IVA de 1998 a 2011	- 23 -
Gráfico VII. Variação VAT Revenue vs Variação da Receita de IVA de 1998 a 2011	- 24 -
Gráfico VIII. Variação VAT Revenue vs Variação da Taxa Normal de IVA, de 1998 a 2011.....	- 25 -

Em Anexo

Gráfico 9. Tributação Total em % do PIB em 2011.....	- 32 -
Gráfico 10. Variação da Tributação Total em % do PIB, de 1998 até 2011.....	- 32 -
Gráfico 11. Evolução da UE-27 vs Zona Euro-17 vs Portugal vs Espanha, entre 1998 e 2011	- 33 -
Gráfico 12. IVA em % do PIB em 2011	- 33 -
Gráfico 13. Variação do IVA em % do PIB, de 1998 até 2011	- 34 -
Gráfico 14. Evolução da UE-27 vs Zona Euro-17 vs Portugal vs Espanha, entre 1998 e 2011	- 34 -
Gráfico 15. IVA em % da tributação total em 2011.....	- 35 -
Gráfico 16. Variação do IVA em % da tributação total, de 1998 até 2011.....	- 35 -
Gráfico 17. Evolução da UE-27 vs Zona Euro-17 vs Portugal vs Espanha, entre 1998 e 2011.	- 36 -
-	
Gráfico 18. Taxa Normal de IVA em 2011	- 36 -
Gráfico 19. Variação da Taxa Normal de IVA, de 1998 até 2011	- 37 -
Gráfico 20. Evolução da UE-27 vs Zona Euro-17 vs Portugal vs Espanha, entre 1998 e 2011	- 37 -
Gráfico 21. Taxa de imposto implícita em % do consumo em 2011	- 38 -
Gráfico 22. Variação da taxa de imposto implícita em % do consumo, de 1998 até 2011.....	- 38 -
Gráfico 23. Evolução da UE-27 vs Zona Euro-17 vs Portugal vs Espanha, entre 1998 e 2011	- 39 -

Índice de tabelas

Tabela I. Análise da relação entre a Variação da Receita de IVA em % do PIB vs Variação da taxa normal de IVA, de 1998 a 2011.....	- 16 -
Tabela II. Análise da relação entre a Variação da Receita de IVA em % do PIB vs Variação da taxa implícita em % do consumo, de 1998 a 2011.....	- 18 -
Tabela III. Análise desde o gráfico 18 até ao gráfico 23.....	- 26 -

Lista de Acrónimos

CE – C-efficiency

EM – Estados-Membros

FMI – Fundo Monetário Internacional

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PIB – Produto Interno Bruto

p.p.- pontos percentuais

UE – União Europeia

VAT – Value Added Tax

VP – VAT Productivity

VRR – VAT Ratio Revenue

ZE – Zona Euro

Agradecimentos

O apoio e acompanhamento de várias pessoas foram importantes para a elaboração e conceção desta dissertação e por esta razão estou-lhes muito grata.

Saliento um especial agradecimento ao meu orientador, Professor Doutor Joaquim José Miranda Sarmiento, devido à sua incansável dedicação, disponibilidade e apoio prestado perante os obstáculos surgidos ao longo de todo o percurso.

O apoio familiar foi fulcral para ultrapassar determinadas vicissitudes. Desta forma estou inteiramente grata aos meus pais, Branca Maria Hilário Branco Alvarez e José Manuel Rodrigues Pardelhas Alvarez.

Obrigada pela amizade e dedicação dos meus amigos: Sara Martins, Arnaldo Ferreira, Rodrigo Gonçalves e Diana Dias pela atenção, dedicação e paciência que sempre tiveram nesta fase tão importante na minha vida.

1. Introdução

O objetivo principal deste trabalho é estudar a evolução da tributação sobre o valor acrescentado nos países da União Europeia (UE) entre 1998 (ano anterior à adesão do euro) e 2011, em termos da carga fiscal e taxa fiscal. Seguir-se-á uma análise às principais tendências desta evolução e uma comparação da evolução de Portugal com a da UE e com Espanha. Tem seguidamente o objetivo de aferir a eficiência do Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) nos 27 países da UE e como esta eficiência tem evoluído no período em análise.

O IVA é um imposto comunitário cuja harmonização é fundamental para não haver distorções de concorrência (*arm's length principle*). Como essa harmonização não está concluída é necessário estudar diferenças entre os 27 países, como tem evoluído a tributação do IVA e a sua eficiência para cada país.

Com a criação de uma moeda única na Comunidade devido ao crescimento do comércio internacional, os países que compõem a União Europeia tiveram que harmonizar as suas legislações fiscais e tributárias, bem como adotar medidas que impeçam a dupla tributação. A harmonização fiscal é, assim, um instrumento facilitador do processo de integração. É necessária uma reforma da aplicação do IVA com a harmonização da forma e do nível de imposição dos impostos sobre os juros e dividendos e a modificação das existentes convenções sobre a dupla tributação entre os Estados-Membros.

Este estudo analisa o sistema tributário dos 27 Estados-Membros da UE, utilizando 5 categorias de indicadores, com o objetivo de medir o peso da tributação sobre o IVA, no período de 1998 a 2011. Posto isto, as cinco categorias utilizadas foram: receita total de imposto em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), imposto sobre o valor acrescentado em relação ao PIB, imposto sobre o valor acrescentado em relação à tributação total, taxa normal de IVA e taxas de imposto implícitas de tributação em relação ao consumo. Os resultados deste estudo indicam que, de acordo com a análise efetuada, a média das taxas normais de IVA aumentaram, com Espanha a inverter a tendência e a diminuir a sua taxa normal de IVA.

Tendo em conta a evolução destes dois indicadores, foram realizadas algumas análises com o objetivo de compreender a relação entre a variação do peso das receitas em % do PIB com a variação tanto da taxa normal de IVA como da taxa implícita em % do consumo.

Com esta análise foi possível verificar que na maioria dos Estados-Membros se registou um aumento do peso das receitas em % do PIB, assim como, dos dois indicadores relacionados.

Por fim foi feita a análise da evolução da eficiência do IVA, tendo em consideração três indicadores, *VAT Productivity*, *C-efficiency* e *VAT Revenue*.

Estes indicadores têm sido utilizados em muitos estudos para investigar questões de cumprimento e execução. Eles têm sido usados como ferramentas para: (i) Compreender os fatores determinantes de cumprimento do IVA em diferentes países; (ii) Comparar o cumprimento do IVA entre diferentes países; (iii) comparar o cumprimento em matéria de IVA específico de cada país ao longo do tempo; (iv) determinar a taxa de IVA ótima; e (v) avaliar o efeito de modelos de reforma do IVA na fraude ao IVA.

Esta tese está estruturada da seguinte maneira: Capítulo 2 apresenta a revisão de literatura. O capítulo 3 apresenta a metodologia e dados, nomeadamente os índices de evolução e eficiência do IVA. O capítulo 4 apresenta resultados para a análise da tributação do IVA nos 27 Estados-Membros da União Europeia no período de 1998 a 2011, tendo por base dados disponíveis em fontes oficiais, para as cinco categorias distintas. No Capítulo 5 é feita a análise da evolução das receitas de IVA para o período em análise. No capítulo 6 é feita a análise à evolução da eficiência do IVA para os anos em estudo. No 7º e último capítulo são apresentadas as conclusões deste estudo, assim como as limitações encontradas e sugestões futuras.

2. Revisão de Literatura

2.1. IVA na União Europeia: evolução

Com o crescimento do comércio internacional, foi necessária a criação de uma moeda única na Comunidade. Entre 1970 e 1972, a CEE deu o primeiro passo nesse sentido: os Estados comprometeram-se a limitar as margens de flutuação do câmbio das suas moedas de modo a garantir a estabilidade monetária (European Commission, 2000).

A denominação de União Europeia foi determinada no Tratado de Maastricht¹, em 1992, no qual os Estados-Membros se comprometeram a cooperar no que toca à Política Exterior, Defesa e Justiça e assuntos internos, como imigração e asilo. Além de serem criados o princípio da subsidiariedade² e uma gama de medidas para a concretização de uma União Económica e Monetária. Nesse tratado foi instituída a Cidadania da União, paralela às nacionais (European Commission, 2000).

A criação da Zona do Euro ocorreu no ano 2000, quando onze países da União Europeia adotaram essa moeda nas suas transações comerciais e financeiras. Para a adoção de uma moeda única, os países que compõem a União Europeia tiveram que harmonizar as suas legislações fiscais e tributárias, bem como adotar medidas que impeçam a dupla tributação³ (European Commission, 2000).

As distorções fiscais são uma grande barreira para a eliminação de disparidades financeiras e para a integração de políticas tributárias nos Estados-Membros devido às divergências causadas pelos preços no processo de unificação dos mercados.

A harmonização fiscal é, assim, um instrumento facilitador do processo de integração, com o objetivo de eliminar as distorções tributárias que impedem a construção do mercado interno, aproximando gradualmente os vários sistemas fiscais, conservando os diferentes países um grau de independência no momento de definir a sua política fiscal interna (Rodriguez & Garcia, 2002).

França, em 1952, adotou o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), como substituição ao imposto sobre a produção. Na União Europeia, a ideia de adoção deste imposto foi marcada pelo ano de 1960, onde foram dados os primeiros passos para a harmonização fiscal nos vários impostos. A Comissão Europeia requisitou um estudo acerca das alterações a serem introduzidas nas finanças públicas dos Estados-Membros, presidido por Neumark, com o intuito de tornar possível o Mercado Comum como um

¹ Tratado da União Europeia.

² Princípio que visa determinar o nível de intervenção da União em determinadas situações de competência compartilhada com os Estados-Membros, a fim de aproximar a UE de seus cidadãos (European Commission, 2000).

³ “evento em que duas ou mais normas tributárias ficam sujeitas à realização do mesmo facto gerador de tributação e assim o contribuinte fica obrigado a pagar dois ou mais impostos, apesar de ter realizado um único facto gerador de imposto.” (Menjivar, 2010).

verdadeiro mercado interno e analisando em que medida as disparidades fiscais existentes impediam o bom funcionamento do mercado comum (Correia, 1995).

O Comité Neumark publicou o seu Relatório em 1962, que incluiu um pacote de iniciativas agrupadas num calendário com três fases e com objetivos diferentes. A primeira fase foi concentrada nos impostos indiretos, centrada na reforma da aplicação do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) com a harmonização da forma e do nível de imposição dos impostos sobre os juros e dividendos e a modificação das existentes convenções sobre a dupla tributação entre os Estados-Membros. Na segunda, com a harmonização dos impostos sobre as sociedades e finalmente na terceira, a criação de um serviço comum de informação, semelhante a um registo europeu de renda e riqueza, a fim de garantir a eficácia dos controlos fiscais (Garcia, Padsdorf, & Mihi-Ramirez, 2013).

O Imposto sobre o Valor acrescentado (IVA) é uma exceção parcial e requer um grau de envolvimento da UE, uma vez que é fundamental para um funcionamento do mercado único e da concorrência leal em toda a UE. A UE tem, portanto, que definir regras comuns para o funcionamento do IVA, e um limite mínimo sobre as taxas de IVA que podem ser cobradas. Este, no entanto, deixa uma margem de manobra considerável para as diferenças nacionais nas taxas do IVA. Isto é devido, em particular, pelas seguintes razões: ausência de taxas máximas, a aplicação opcional de uma ou duas taxas reduzidas, a escolha de categorias de bens e serviços elegíveis para taxas reduzidas restantes com os Estados-Membros (eles podem escolher a partir de uma exaustiva lista que inclui alimentos e medicamentos), bem como as derrogações temporárias concedidas a certos países da UE sob condições específicas.

Além disso, as regras do IVA respeitam o princípio da UE que diz que as decisões em matéria tributária só podem ser tomadas se todos os países estiverem de unânime acordo. Esta regra garante autonomia nacional

2.2. Estudos sobre a carga fiscal IVA (UE)

Os aumentos da carga fiscal a partir da segunda metade da década de 1990, estiveram na origem de muitos estudos económicos em torno da investigação de como as despesas, os impostos e os défices, podem ser geridos de forma a acelerar o crescimento económico. No entanto, em termos de evidência estatística, aquelas relações não são muito notórias. Vários estudos, como os de (Engen & Skinner, 1992), (Kormendi & Meguire, 1985), (Wright, 1996), (Myles, 2000), (Blanchard & Perotti, 2002), encontram uma relação negativa entre taxas médias de impostos e crescimento económico; e, de igual forma, os trabalhos de (Cashin, 1995), (De la Fuente, 1997), (Gemmell & Kneller, 2003), (Bleaney, Gemmell, & Kneller, 2001) e (Doménech & Garcia, 2001) indiciam que os impostos distorcionários afetam negativamente, e de uma forma permanente, a taxa de crescimento económico de longo prazo; no entanto, outros estudos, como os de (Koester & Kormendi, 1989), (Easterly & Rebelo, 1993), (Mendoza, Milesi-Ferrati, &

Asea, 1997) não são conclusivos. Estas contradições parecem residir nos testes, não na teoria devido à incorreta escolha de indicadores das taxas de impostos e das estruturas fiscais (Padovano & Galli, 2002) (p. 530). De facto, os estudos diferem muito em termos de enquadramento teórico, de variáveis explicativas incluídas nas regressões (nomeadamente no que se refere a indicadores de política fiscal), países incluídos na amostra, período de tempo considerado e metodologias seguidas, entre outros, o que dificulta a comparação dos resultados.

Apesar de existirem alguns estudos quanto a esta matéria eles são pouco esclarecedores e devido às suas limitações não nos ajudam a fazer comparações quanto à eficácia da carga fiscal entre os vários países

2.3. Estudos sobre eficiência do IVA (UE)

Os dois indicadores de eficiência de IVA mais utilizado pelos analistas que realizam estudos de cross-country e de cross-time são o *VAT productivity* (VP) e o *C-efficiency* (CE).

Estes indicadores têm sido utilizados em muitos estudos para investigar questões de cumprimento e execução. Eles têm sido usados como ferramentas para: (i) Compreender os fatores determinantes de cumprimento do IVA em diferentes países ((Aizenman & Jinjarak, 2008); (De Mello, 2009); (Gebauer, Nam, & et al., 2007)); (ii) Comparar o cumprimento do IVA entre diferentes países ((Jack, 1996), (Bird & Gendron, 2007), (OECD, 2008)); (iii) comparar o cumprimento em matéria de IVA específicos de cada país ao longo do tempo ((Jack, 1996); (Gebauer, Nam, & et al., 2007); (Hybka, 2009)); (iv) determinar a taxa de IVA ótima (Matthews, 2003); e (v) avaliar o efeito de modelos de reforma do IVA na fraude ao IVA (Gebauer, Nam, & et al., 2007).⁴

Com a utilização dos indicadores VP e CE para pesquisar características e tendências no IVA, os desvios em cada um deles são muitas vezes interpretados como uma medida de incumprimento devido à evasão fiscal, à fraude fiscal, à ineficiência administrativa ou desleixo⁵. Ao mesmo tempo, a maioria dos autores reconhecem que os desvios são suscetíveis de ser, em parte, devidos a limitações nos indicadores, em vez de variações nas características particulares do IVA para o qual o indicador está a ser utilizado.

A literatura sobre o cumprimento do IVA identifica uma série de limitações para os indicadores VP e CE. Uma limitação, facilmente identificada e corrigida, é que os

⁴ (Aizenman & Jinjarak, 2008) usam as medidas como instrumentos para entender como fatores políticos e estruturais afetam as taxas de cumprimento e fiscalização em diferentes países. Descobriram que CE é positivamente correlacionada com a parcela urbanizada da população, o PIB *per capita* real, abertura comercial, estabilidade e participação política. CE está negativamente correlacionada com a parte do PIB da agricultura. (De Mello, 2009) utiliza CE como medida de cumprimento das obrigações fiscais num modelo de um jogo de evasão fiscal entre os contribuintes e o fisco. (Matthews, 2003) usa uma medida semelhante a VP como medida de cumprimento na sua estimativa da taxa de maximização das receitas do IVA na União Europeia. (Gebauer, Nam, & et al., 2007) avaliam o efeito de modelos de reforma do IVA sobre a evasão ao IVA na União Europeia em geral e na Alemanha em particular (Hybka, 2009) estima e explica a eficiência da coleta na Polónia com o tempo.

⁵ Ver, por exemplo, (Aizenman & Jinjarak, 2008), (De Mello, 2009) e (Gebauer, Nam, & et al., 2007).

indicadores VP e CE não excluem o próprio IVA da sua base de consumo final (OECD, 2008) (pp. 66-70) define uma versão modificada do CE, a que chama *VAT Revenue Ratio* (VRR). VRR é calculado usando o valor pré-IVA da base de consumo. Uma lacuna evidente em todas as três medidas (CE, VP e VRR) é que, no cálculo da receita potencial, elas usam apenas a taxa normal do IVA, apesar de muitos países terem taxas múltiplas e que muitas vezes variam consideravelmente.

Talvez a limitação mais importante das medidas CE, VP e VRR seja que as bases do IVA usadas por cada uma delas⁶ podem ser muito diferentes das bases do IVA do mundo real. Por exemplo, (Aizenman & Jinjarak, 2008) reconhecem que os índices CE e VP não fazem distinção entre os efeitos da evasão fiscal e os efeitos das isenções legais. Da mesma forma, (De Mello, 2009), (Bird & Gendron, 2007) (pp. 62-65), (Matthews, 2003) e (Jack, 1996) reconhecem que, para além da evasão fiscal existem outros fatores que influenciam o indicador CE. Esses fatores incluem taxas de IVA diferenciais, isenções diferenciais, a atividade económica no setor privado e a proporção das importações no consumo total. Como resultado, os indicadores VP, CE e VRR tendem a sobrestimar o grau de incumprimento destes fatores.⁷ (Keen & Smith, 2006) observam que, como tal, os resultados dos estudos econométricos que utilizam estas medidas devem ser interpretados com cautela.

⁶ PIB para VP, valor do consumo final pós-IVA para CE, e valor do consumo final pré-IVA para VRR.

⁷ Para o Reino Unido, por exemplo, VP e CE foram 0.38 e 0.56, respetivamente, para o período 1998-2000 (Bird & Gendron, 2007) (p.231). Contudo, estimativas de HM Revenues & Customs do “VAT gap” para este período foram aproximadamente 15% (Keen & Smith, 2006).

3. Metodologia e dados

Este estudo tem o objetivo de aferir a eficiência do IVA nos 27 países e como essa eficiência tem evoluído no período em análise.

Para a realização deste estudo foi feita uma análise da evolução do IVA nos 27 Estados-Membros da União Europeia, desde a entrada no Euro (1998) até 2011 com o intuito de comparar a tributação do IVA entre os 27 países. Adicionalmente, foi também realizada uma análise mais pormenorizada da evolução de Portugal vs Espanha vs União Europeia.

Foram recolhidos dados relativos aos cinco indicadores em estudo: receita total de impostos em relação ao PIB; imposto sobre o valor acrescentado em relação ao PIB; imposto sobre o valor acrescentado em relação à tributação total; taxas de imposto sobre o valor acrescentado nos Estados-Membros; e as taxas médias implícitas de tributação com base na publicação do Eurostat, edição de 2013, Taxation Trends in the European Union.

Apresentação destes cinco indicadores:

- i. Receita total de imposto em relação ao PIB: Este indicador expressa a carga tributária nos Estados-membros da UE. O índice é calculado como receitas fiscais totais em percentagem do Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes de mercado.
- ii. Imposto sobre o valor acrescentado em relação ao PIB: O rácio IVA / PIB mede a consistência do crescimento das receitas do IVA com o crescimento correspondente no Produto Interno Bruto (PIB). Serve para evidenciar a evolução da carga fiscal sobre o consumo e para analisar a evolução da base tributável deste imposto em relação ao PIB. Este é um indicador de utilização da capacidade tributável.
- iii. Imposto sobre o valor acrescentado em relação à tributação total: O indicador entre o imposto sobre o valor acrescentado e a tributação total tem como objetivo analisar a evolução das receitas fiscais proporcionadas por este imposto expressas em % da tributação total, determinando também o peso dessas receitas em relação à tributação total do país.
- iv. Taxas de imposto sobre o valor acrescentado: Existem em Portugal 3 taxas de IVA aplicáveis (normal, intermédia e reduzida). A taxa normal de IVA em Portugal Continental é de 23p.p. desde Janeiro de 2011. No entanto, existem também taxas de imposto reduzidas de 6p.p. e intermédia de 13p.p. (desde 01/07/2010). Neste ponto será realizada uma análise à taxa normal de cada um dos Estados-Membros da UE.

- v. Taxas de imposto implícitas de tributação em relação ao consumo: Taxas de imposto implícitas (ITR) são taxas *backward looking* que medem a carga média efetiva de imposto.

A carga fiscal implícita sobre o consumo é calculada como uma proporção do total das receitas de impostos sobre o consumo e despesa final das famílias. Esta é calculada como uma soma de quatro componentes (IVA, energia, álcool e tabaco, e residuais) de que o IVA tem a maior participação.

Por fim foi feita a análise a 3 indicadores de eficiência do IVA: *VAT productivity* (VP), *C-efficiency ratio* (CE) e *VAT revenue ratio* (VRR). Para esta análise também foram tidos em conta os 27 Estados-Membros da União Europeia, desde a entrada no Euro (1998) até 2011.

O objetivo de analisar estes 3 indicadores é o de avaliar a eficiência na cobrança das receitas do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) nos vários países e assim avaliar a performance na cobrança de receitas deste imposto.

Apresentação destes 3 indicadores:

- a. *Efficiency Ratio* também designado de *VAT Productivity* (VP) relaciona a cobrança do Imposto sobre o Valor Acrescentado com o Produto Interno Bruto (PIB). Este indicador é dado pela seguinte fórmula:

$$VP = \frac{(IVA/PIB)}{tx\ normal\ IVA} \quad (1)$$

Este indicador encontra-se contido no intervalo entre zero e um. Quanto mais próximo de um (zero) maior (menor) é a eficiência na cobrança de IVA. Existem fatores que influenciam o valor obtido neste indicador e que fazem com que este se situe próximo de zero os quais são por exemplo a existência de diferentes taxas de tributação em sede de IVA; o facto de existirem bens/atividades isentas e benefícios fiscais e a fraude e evasão fiscal (Martins & dos Santos, 2009).

- b. *C-Efficiency ratio* (CE) utiliza o consumo para o seu cálculo visto que o IVA é um imposto sobre o consumo e por isso este indicador é mais adequado que o VP que utiliza o PIB. Para o cálculo deste indicador é utilizada a seguinte fórmula:

$$CE = \frac{(IVA/Consumo) \times 100}{tx\ normal\ IVA} \times 100 \quad (2)$$

Segundo o relatório do grupo para o estudo da política fiscal, do ponto de vista teórico um sistema de IVA no qual todo o consumo é tributado a uma taxa

uniforme, levará a que o CE obtenha o valor de 100%. Um valor baixo para o CE indica uma erosão da base fiscal a qual pode ser justificada pela existência de taxas reduzida, isenções ou ineficiências na cobrança da receita (Martins & dos Santos, 2009).

- c. *VAT Revenue Ratio* (VRR) considera o valor do consumo sem o valor do IVA, como podemos observar pela sua fórmula:

$$VRR = \frac{(IVA / (Consumo - IVA)) \times 100}{tx \text{ normal IVA}} \times 100 \quad (3)$$

Estes três indicadores servem de base à análise e comparação da evolução da eficiência por parte de algumas organizações internacionais (por exemplo, FMI e OCDE). Devido às suas limitações inerentes à construção do indicador, em particular, o facto de não considerar todas as especificidades da estrutura fiscal em sede de IVA, ele não serve para comparações internacionais, apenas deve ser usado para avaliar a evolução temporal da eficiência (Martins & dos Santos, 2009).

4. Análise da tributação sobre o Imposto sobre o Valor Acrescentado nos 27 Estados-Membros da U.E.

Será realizado neste capítulo uma análise aos cinco indicadores das taxas de imposto sobre o valor acrescentado, nomeadamente: 1) receita total de impostos em relação ao PIB, 2) imposto sobre o valor acrescentado em relação ao PIB, 3) imposto sobre o valor acrescentado em relação à tributação total, 4) taxa normal de IVA e 5) taxas de imposto implícitas de tributação em relação ao consumo.

Com esta análise pretende-se:

- Analisar a atual situação na UE e Zona Euro (ZE) em 2011;
- Compreender a evolução e as principais tendências de 1998 a 2011 do imposto sobre o valor acrescentado;
- Comparar a posição de Portugal e Espanha face aos restantes Estados-Membros da UE.

Assim sendo, será feita a abordagem de cada um destes três pontos para cada tipo de indicador, tendo por base a informação disponível por parte da Comissão Europeia.

4.1. Receita total de imposto em relação ao PIB

A estrutura fiscal varia consideravelmente entre os países Europeus, bem como a sua evolução ao longo do tempo. Em 2011, a Dinamarca teve a maior taxa em relação ao PIB (47,7 p.p.), seguido da Suécia, Bélgica e França. A Lituânia foi o país que teve a menor taxa em relação ao PIB (26,05 p.p.). Por outro lado, os países - Irlanda, Eslováquia, Roménia, Letónia e Bulgária – têm uma carga fiscal abaixo de 30 p.p.. Verifica-se que a média da UE-27 e Zona Euro-17 é muito próxima (diferença de 1 p.p.) representando cerca de 36,2 p.p. do PIB referente à UE. Portugal encontra-se um pouco abaixo da média com um valor de 33,2 p.p.. Já Espanha apresenta uma tributação total de imposto em relação ao PIB de 31,4 p.p. como podemos verificar no gráfico 9 (em anexo).

O rácio fiscal na área da União Europeia diminuiu 1,2 p.p. entre o período de 1998 a 2011. Em relação a 2011, as taxas fiscais globais subiram em 16 dos 27 países da União Europeia e caiu em 10. Entre o período de 1998 e 2011 a maior variação da Tributação Total verifica-se em Malta com 8,7 p.p. As maiores reduções foram na Eslováquia (8,2 p.p.), Suécia (6,9 p.p.) e Lituânia (5,7 p.p.). (gráfico 10, em anexo)

Quanto à evolução da Tributação Total em % do PIB, para a UE e Zona Euro, esta teve uma variação reduzida, o que mostra estabilidade durante o período em análise. Portugal tem uma percentagem bem abaixo da média e muito constante ao longo dos anos. Espanha apresenta uma percentagem inferior à da média da UE, sendo de referir

que a partir de 2007 houve um decréscimo abrupto para valores idênticos aos de Portugal. (gráfico 11, em anexo)

4.2. Imposto sobre o valor acrescentado em relação ao PIB

De acordo com o gráfico 12 (em anexo), a Dinamarca foi o país com a maior receita de IVA em relação ao PIB em 2011 – 9,9 p.p.. A média da UE-27 situa-se nos 7,7 p.p., sendo que em Portugal o valor registado é superior – 8,3 p.p.. Espanha encontra-se na última posição de todos os 27 Estados-Membros, em que apenas 5,4 p.p. das suas receitas do IVA correspondem ao PIB.

O peso dos impostos indirectos em % do PIB e em % da tributação total apesar de não reportados foram também considerados nesta análise.

Relativamente à análise dos impostos indirectos em relação ao PIB, verificou-se que Portugal situa-se muito próximo da média da UE-27 e Espanha apresenta o valor mais baixo de todos os 27 Estados-Membros.

Como se pode ver no gráfico 13 (em anexo), a variação da média da UE-27 relativamente ao IVA em percentagem do PIB, de 1998 até 2011, é pouco expressiva – 0,9 p.p.. Chipre, Malta e Roménia foram os países que registaram as percentagens mais elevadas, com 3,82 p.p., 3,59 p.p. e 2,53 p.p., respetivamente. Do lado oposto, a Letónia, Irlanda e França foram os Estados-Membros que apresentaram os piores desempenhos, com variações negativas de 1,03 p.p., 0,95 p.p. e 0,68 p.p., respetivamente. Portugal regista uma variação positiva de 1,05 p.p., enquanto que Espanha tem uma variação negativa de 0,36 p.p..

A variação da média da União Europeia e de Portugal dos impostos indirectos em relação ao PIB é quase nula no período em análise.

A evolução das receitas do IVA em % do PIB para a UE-27 e Zona Euro é constante e apresenta ao longo dos anos em análise um crescimento contínuo (apenas em 2009 houve um decréscimo, resultado da crise financeira de 2008). Em 2011, o valor da UE-27 e da ZE-17 é semelhante – 7,6 p.p. e 7,34 p.p., respetivamente. Portugal apresenta em todos os anos uma percentagem superior às médias de referência, excetuando o ano de 2009 onde se registou um decréscimo abrupto – diminuição de 1,28 p.p. comparativamente ao ano anterior. Em 2011, a percentagem é de 8,32 p.p. – mais 0,65 p.p. que a UE-27 e quase 1 p.p. que a Zona Euro. Em Espanha, o cenário é bastante diferente. A média registada é inferior às médias da UE-27 e ZE-17 em todos os anos em estudo. De 1998 a 2006, o valor apresenta um aumento regular, tendo uma diminuição nos anos seguintes, atingindo o seu valor mais baixo em 2009 (apenas 4,14 p.p.). Em 2011, a percentagem era de 5,40 p.p. (gráfico 14, em anexo).

Relativamente à evolução da receita dos impostos indiretos em % do PIB, verificou-se que esta foi muito constante para a União Europeia e Zona Euro. Portugal apresenta frequentemente valores acima da média, ao contrário de Espanha.

4.3. Imposto sobre o valor acrescentado em relação à tributação total

Observando o gráfico 15 (em anexo), pode-se concluir que a Bulgária, tal como aconteceu nas receitas de impostos indiretos em relação à tributação total, é o país com a maior receita fiscal de IVA em % de tributação total em 2011 – 32 p.p.. A Itália foi o Estado-Membro que registou a percentagem mais baixa, com apenas 14,7 p.p.. Portugal é o quinto país com a percentagem mais elevada – 25,1 p.p. – ou seja, mais 3,1 p.p. que a média da UE-27. A Espanha apresenta um desempenho menos positivo, encontrando-se como o quinto país com a menor percentagem – 17,2 p.p.. No cômputo total da tributação, o imposto sobre o valor acrescentado tem um peso relativamente alto como é visível também nas receitas em % do PIB.

Relativamente à análise dos impostos indiretos em relação à tributação total, verificou-se que Portugal situa-se muito próximo da média da UE-27 e Espanha apresenta um dos valores mais baixos de todos os 27 Estados-Membros.

A variação da média da UE-27 do IVA em % da tributação total nos anos em estudo é de 3,39 p.p., como se pode ver no gráfico 16 (em anexo). Portugal apresenta uma variação positiva praticamente nula – 0,99 p.p. – e Espanha uma variação negativa de 0,064 p.p.. A Eslovénia é o país da UE com uma variação positiva mais acentuada – mais de 22 p.p., enquanto que a França é o Estado-Membro com a pior variação ao longo dos anos em estudo, -1,47 p.p..

A variação da média da UE dos impostos indiretos em % da tributação total no período em estudo é pouco significativa. Portugal e Espanha apresentam variações negativas.

De acordo com o gráfico 17 (em anexo), a evolução das receitas do IVA em % da tributação total para a UE-27 e Zona Euro regista um crescimento constante nos anos em estudo. Em 2011, as percentagens são de 22 p.p. e 20 p.p., respetivamente. Em Portugal, a percentagem está acima das médias de referência em todos os anos em análise. De 1998 a 2005, a percentagem apresentou um aumento contínuo, diminuindo nos anos seguintes até 2009 – decréscimo de 4 p.p.. Em 2010 e 2011, o valor volta a registar um crescimento, estando neste último ano nos 25 p.p. – mais 3 p.p. que a média da UE-27. Em Espanha, apenas no ano de 1999 a média é superior à média da Zona Euro. De 2005 a 2009, tal como em Portugal, a percentagem sofreu um decréscimo acentuado – mais de 4,5 p.p.. Em 2011, o valor era de 17,17 p.p. – menos 4,83 p.p. que a média da UE-27.

A evolução das receitas dos impostos indiretos em relação à tributação total foi constante para a UE-27 e Zona Euro no período em análise. Em Portugal, ao contrário de Espanha, a média registada está acima da média da UE-27 em todos os anos em estudo.

Torna-se necessário conhecer as taxas legais aplicadas a cada país, uma vez que as mesmas representam um primeiro indicador do nível de tributação, tema abordado no subcapítulo seguinte.

4.4. Taxa Normal de IVA

Neste subcapítulo é importante referir que foi utilizada a taxa normal de IVA para todos os 27 países da UE uma vez que para diversos países existe também a taxa de IVA reduzida e intermédia.

Analisando o gráfico 18 (em anexo), pode deduzir-se que a taxa normal média do IVA na UE-27 é de 20,7 p.p.. Em Portugal a taxa normal de IVA cobrada aos consumidores é de 23 p.p. estando, portanto, acima da média da União Europeia. Espanha é o quarto Estado-Membro com a taxa mais baixa – apenas 18 p.p.. A Dinamarca (25 p.p.) e o Luxemburgo (15 p.p.) são os países com a maior e menor taxas de IVA, respetivamente.

O gráfico 19 (em anexo) apresenta a variação da taxa legal na UE, percebendo-se a sua evolução ao longo do período em análise. Como se pode observar, tanto a Zona Euro como a UE registaram uma variação pouco significativa – 1,6 p.p. e 1,3 p.p. respetivamente. Espanha apresenta uma variação parecida à da média da UE de -1 p.p.. A maioria dos países registou variações positivas e superiores à média da UE e Zona Euro. O Chipre e Portugal foram os países que apresentaram as maiores variações da taxa legal do IVA – 7 p.p. e 6 p.p., respetivamente. Por fim, é possível também observar países que registaram uma redução muito significativa, destacando-se a Eslováquia e a República Checa com uma diminuição de 3 p.p. e 2 p.p., respetivamente.

No gráfico 20 (em anexo) apresenta-se a evolução das taxas legais praticadas na UE desde o período de 1998 a 2011. Ao analisar o gráfico é possível identificar que existe uma evolução positiva mas muito constante da UE e Zona Euro ao longo de todo o período, com a UE a registar valores superiores face à Zona Euro. Por outro lado, quando se analisa Portugal, verifica-se uma variação bastante acentuada, com um aumento da taxa do IVA nos anos de 2002, 2005, 2010 e 2011. Esta tendência só não se verificou em 2008 onde a taxa de IVA diminuiu 1 p.p.. Espanha, por sua vez, registou uma variação nula da taxa de IVA desde 1998 até ao ano de 2009. No ano de 2010 teve um aumento de 2 p.p..

A taxa legal é um indicador pouco informativo, uma vez que não considera os efeitos dos diferentes aspetos da legislação fiscal. A taxa implícita mede o peso dos impostos efetivamente cobrados no total do consumo. É também designada como taxa média efetiva e pode dar, em comparação com a taxa nominal de imposto, uma ideia mais correta da carga fiscal que, em média, as famílias e as empresas suportam. Seguidamente será feita a análise da taxa de imposto implícita em relação ao consumo.

4.5. Taxas de imposto implícitas de tributação em relação ao consumo

As taxas implícitas médias da UE e da Zona Euro são muito próximas, com um peso de 21,5 p.p. e 20,8 p.p., respetivamente.

Tendo em conta o gráfico 21 (em anexo) verificamos que Espanha apresenta uma taxa de 14 p.p., assumindo-se assim como a menor da UE. Comparando-se com Portugal, este regista uma taxa superior, em 4 p.p., apresentando-se contudo ainda inferior à média da UE. Dinamarca é o país que tem a taxa de imposto implícita mais elevada, 31,4 p.p..

Em relação ao gráfico 22 (em anexo) que apresenta as variações desta taxa no período em análise, pode-se identificar uma variação quase nula no que respeita à UE (0,2 p.p.) e Zona Euro (0,4 p.p.). Ao analisar a situação de cada país, pode verificar-se uma grande discrepância. Portugal registou um decréscimo na sua taxa de imposto implícita, apresentando uma diminuição de 1 p.p. (no período de 1998 a 2011). Espanha por sua vez teve uma variação ainda mais negativa que Portugal (-1,6 p.p.) e assim distanciando-se da média da UE. A Roménia apresenta-se como um *outlier* desta tendência com uma variação positiva de 21,6 p.p. apresentando uma variação completamente díspar face ao resto dos países.

Por fim, tendo em conta a evolução deste último indicador, é notório que a evolução tanto da UE como da Zona Euro tenha sido idêntica, com a Zona Euro sempre a apresentar uma taxa inferior em todos os anos em análise. Portugal e Espanha apresentaram sempre taxas inferiores à média dos Estados-Membros. Espanha por sua vez exibiu sempre taxas inferiores às de Portugal, no entanto podemos verificar que ambos os países apresentam sempre a mesma tendência de crescimento ou decréscimo desde 1998 até 2011. Nos anos de 2005 e 2006 existe um aumento da taxa de imposto implícita para ambos os países e em 2009 existe uma descida abrupta desta mesma taxa com uma gradual subida nos anos seguintes. (gráfico 23, em anexo)

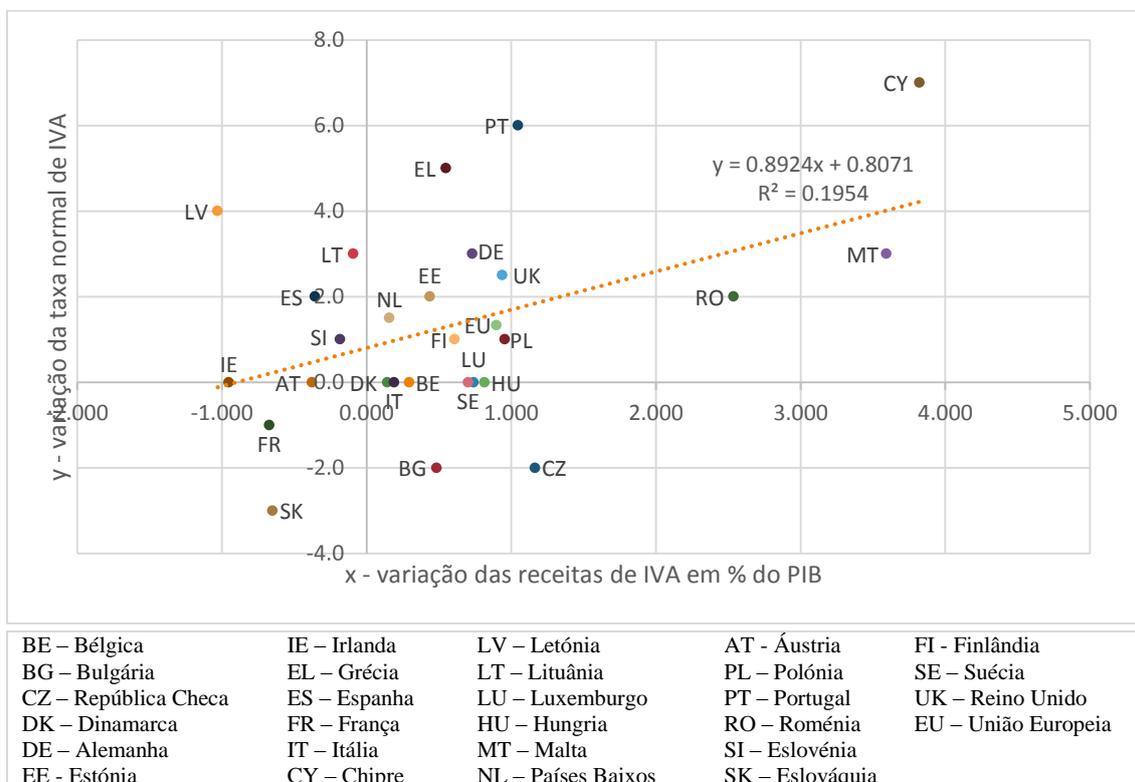
5. Análise da evolução das receitas de IVA desde 1998 até 2011

Neste capítulo procede-se à análise das receitas de IVA durante o período compreendido entre 1998 e 2011.

De forma a perceber a relação entre as receitas em % do PIB e a taxa normal de IVA foi realizado o gráfico I, que evidencia a relação entre a variação do IVA em % do PIB (variável dependente – x) e a variação da taxa normal de IVA (variável independente – y). Através da análise do gráfico é possível verificar que a maioria dos países da UE e a média da UE se encontra no 1º quadrante, ou seja, registaram um aumento das duas variáveis em questão. Neste quadrante está Portugal, que registou um aumento da sua taxa normal de IVA de 6 p.p. e, conseqüentemente um aumento de 1,05 p.p. das receitas de IVA em % do PIB, diminuindo assim o impacto das receitas em % do PIB face à taxa normal de IVA em vigor de 0,43 p.p. em 1998 para 0,36 p.p. em 2011.

No 2º quadrante encontra-se a Espanha e mais 3 países da UE onde se verifica tanto uma diminuição do IVA em % do PIB como da taxa normal de IVA.

Gráfico I. Variação da Receita de IVA em % do PIB vs Variação da taxa normal de IVA de 1998 a 2011



Fonte: realizado pela autora

De acordo com a tabela I, onde é feito um breve resumo da relação entre a evolução das duas taxas em questão, é possível identificar uma pequena amostra de países tanto no 3º quadrante onde registaram um decréscimo das receitas em % do PIB e da taxa normal de IVA, como no 4º quadrante onde registaram um crescimento das receitas em % do PIB face à diminuição da taxa normal de IVA.

A maior parte dos países estão no 1º quadrante, ou seja, um aumento da taxa normal de IVA gera um aumento das receitas, tal como era expectável.

Existem também países que registaram um aumento e diminuição das receitas em % do PIB sem assinalar qualquer variação na taxa normal do IVA.

Tabela I. Análise da relação entre a Variação da Receita de IVA em % do PIB vs Variação da taxa normal de IVA, de 1998 a 2011

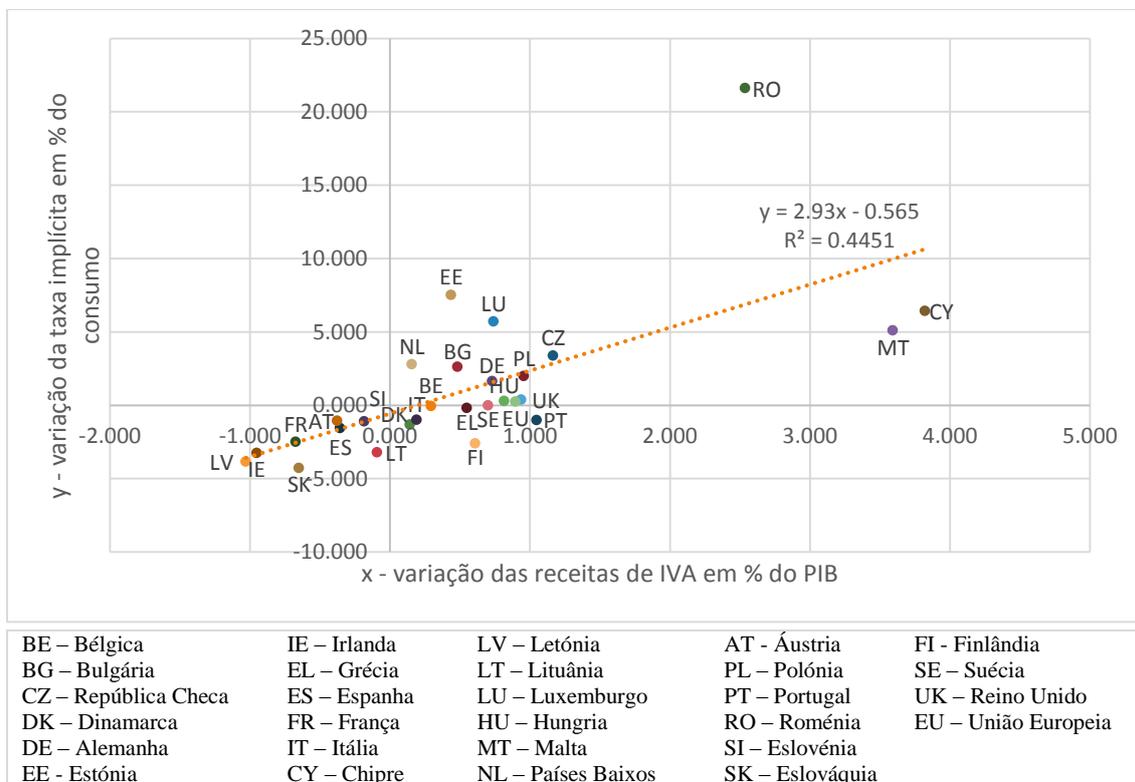
	X – Var. das receitas % do PIB	Y – Var. da taxa normal de IVA	Conclusões	Países
1º Quadrante	+	+	↗Tx normal IVA ↓ ↗Receitas % do PIB	Chipre, Alemanha, Estónia, Grécia, Finlândia, Malta, Países Baixos, Polónia, Portugal, Roménia, Reino Unido
2º Quadrante	-	+	↗Tx normal IVA ↓ ↘Receitas % do PIB	Espanha, Lituânia, Letónia, Eslovénia
3º Quadrante	-	-	↘Tx normal IVA ↓ ↘Receitas % do PIB	França, Eslováquia
4º Quadrante	+	-	↘Tx normal IVA ↓ ↗Receitas % do PIB	Bulgária, República Checa

Fonte: realizado pela autora

Através do gráfico II, que mostra a relação entre a variação do IVA em % do PIB (variável dependente – x) e a variação da taxa implícita em % do consumo (variável independente – y), é possível ter uma perceção mais exata do peso da tributação em relação às receitas fiscais, uma vez que esta variável toma em consideração diferentes aspetos da legislação fiscal, como já foi referido anteriormente.

Assim sendo e tendo por base os dados disponíveis relativamente à taxa implícita em % do consumo, verifica-se que a maioria dos Estados-Membros estão distribuídos no 1º quadrante, registando um aumento da taxa implícita em % do consumo, assim como, das receitas em % do PIB, onde Portugal se encontra integrado.

Gráfico II. Variação da Receita de IVA em % do PIB vs Variação da taxa implícita em % do consumo, de 1998 a 2011



Fonte: realizado pela autora

Na tabela II é feita a análise do gráfico II, onde se verifica que Espanha, entre outros países, se encontra no 3º quadrante, ou seja, registou uma diminuição da taxa implícita em % do consumo e uma diminuição das receitas de IVA em % do PIB. Portugal por sua vez encontra-se no 4º quadrante, tal como a Bélgica, Dinamarca, Grécia, Itália, Finlândia e Suécia registando também uma diminuição da taxa implícita em % do consumo mas um aumento das receitas de IVA em % do PIB.

A maioria dos países estão no 1º quadrante, ou seja, um aumento da taxa implícita em % do consumo gera um aumento das receitas de IVA.

Tabela II. Análise da relação entre a Variação da Receita de IVA em % do PIB vs Variação da taxa implícita em % do consumo, de 1998 a 2011

	X – Var. das receitas % do PIB	Y – Var. da tx. implícita % Cons.	Conclusões	Países
1º Quadrante	+	+	↗Tx implícita % consumo ↓ ↖Receitas % do PIB	Bulgária, República Checa, Alemanha, Estónia, Chipre, Luxemburgo, Hungria, Malta, Países Baixos, Polónia, Roménia, Reino Unido
2º Quadrante	-	+	↗Tx implícita % consumo ↓ ↘Receitas % do PIB	
3º Quadrante	-	-	↘Tx implícita % consumo ↓ ↙Receitas % do PIB	Irlanda, Espanha, França, Letónia, Lituânia, Áustria, Eslovénia, Eslováquia
4º Quadrante	+	-	↘Tx implícita % consumo ↓ ↗Receitas % do PIB	Bélgica, Dinamarca, Grécia, Itália, Portugal, Finlândia, Suécia

Fonte: realizado pela autora

6. Análise à evolução da eficiência do IVA desde 1998 até 2011

Neste capítulo será feita a análise a 3 indicadores de eficiência do IVA definidos no capítulo 3. Pretende-se com esta análise: 1) Estudar a atual situação na UE, Portugal e Espanha; 2) Analisar a variação dos 3 indicadores versus a variação da Receita de IVA de 1998 a 2011; 3) Analisar a variação dos 3 indicadores versus a variação da Taxa de IVA de 1998 a 2011; 4) Comparar a posição de Portugal e Espanha face ao resto dos Estados-Membros que compõem a UE.

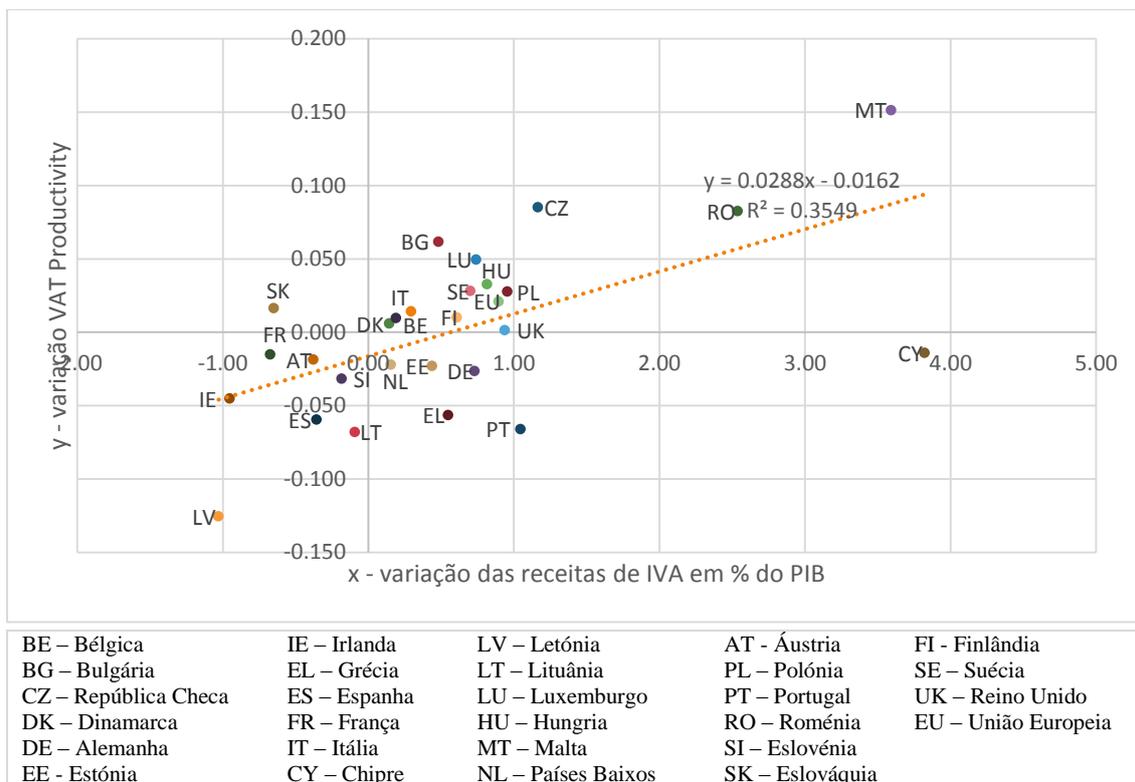
6.1. VAT Productivity

De acordo com o gráfico III realizado a partir da tabela IV (em anexo), que mostra a relação entre a variação do *VAT Productivity* (variável dependente – y) e a variação das receitas em % do PIB (variável independente – x), é possível verificar que a média da UE localiza-se no 1º quadrante, isto é, ambas as variáveis em análise registaram um aumento. Assim sendo, um aumento das receitas gera um aumento da eficiência.

Portugal encontra-se no quarto quadrante, onde se registou um aumento da receita do IVA em % do PIB de 1,05 p.p., e conseqüentemente uma diminuição de 0.066 p.p. no *VAT Productivity*.

No terceiro quadrante situa-se Espanha onde se verifica uma diminuição da receita do IVA e do *VAT Productivity* de 0,36 p.p. e de 0,06 p.p., respetivamente.

Gráfico III. Variação VAT Productivity vs Variação da Receita de IVA, de 1998 a 2011

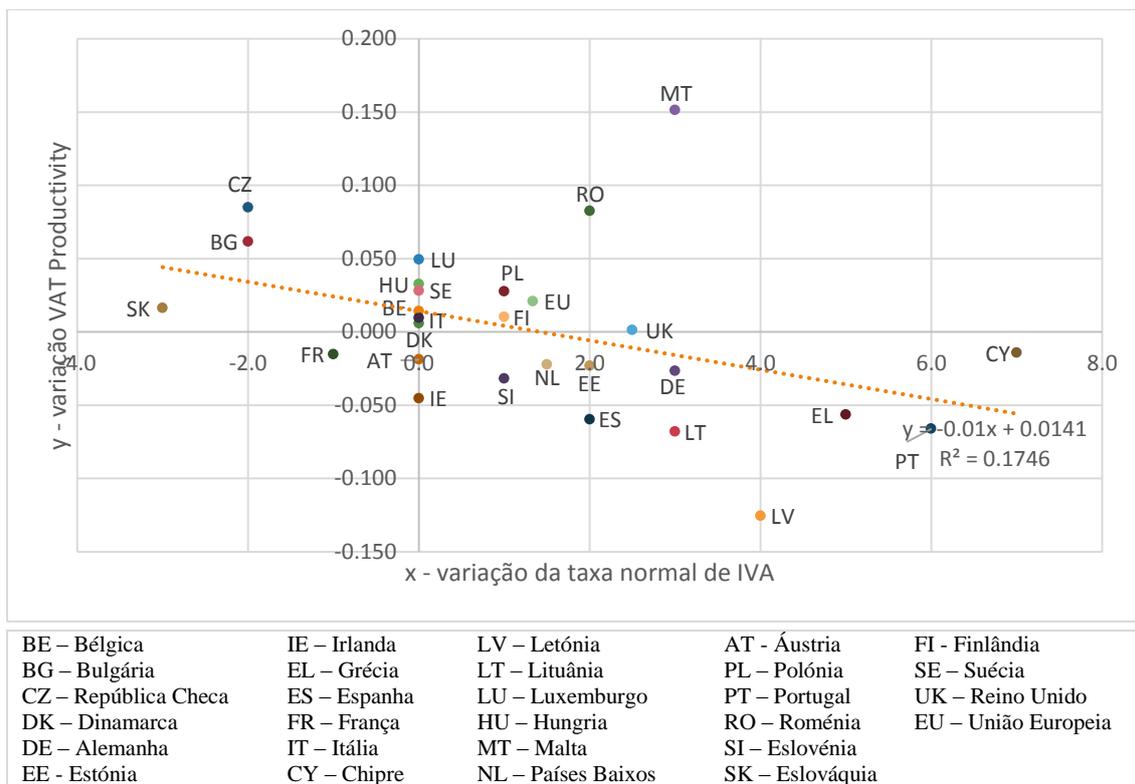


Fonte: realizado pela autora

O gráfico IV mostra a relação da variação do *VAT Productivity* (variável dependente – y) e a variação da taxa normal de IVA (variável independente – x). Através da análise do gráfico foi permitido concluir que a média da UE se encontra no 1º quadrante e portanto, ambas as variáveis registaram um aumento. A média da União Europeia sofreu um aumento de 1,33 p.p. da taxa normal de IVA e um aumento da eficiência em 0,021 p.p.

No 4º quadrante situa-se Portugal e Espanha. Em ambos os países da Península Ibérica verificou-se um aumento da taxa normal do IVA e uma diminuição do *VAT Productivity*. Em Portugal registou-se um aumento de 6 p.p. da taxa normal de IVA e em Espanha de 2 p.p..

Gráfico IV. Variação VAT Productivity vs Variação da Taxa Normal, de IVA de 1998 a 2011



Fonte: realizado pela autora

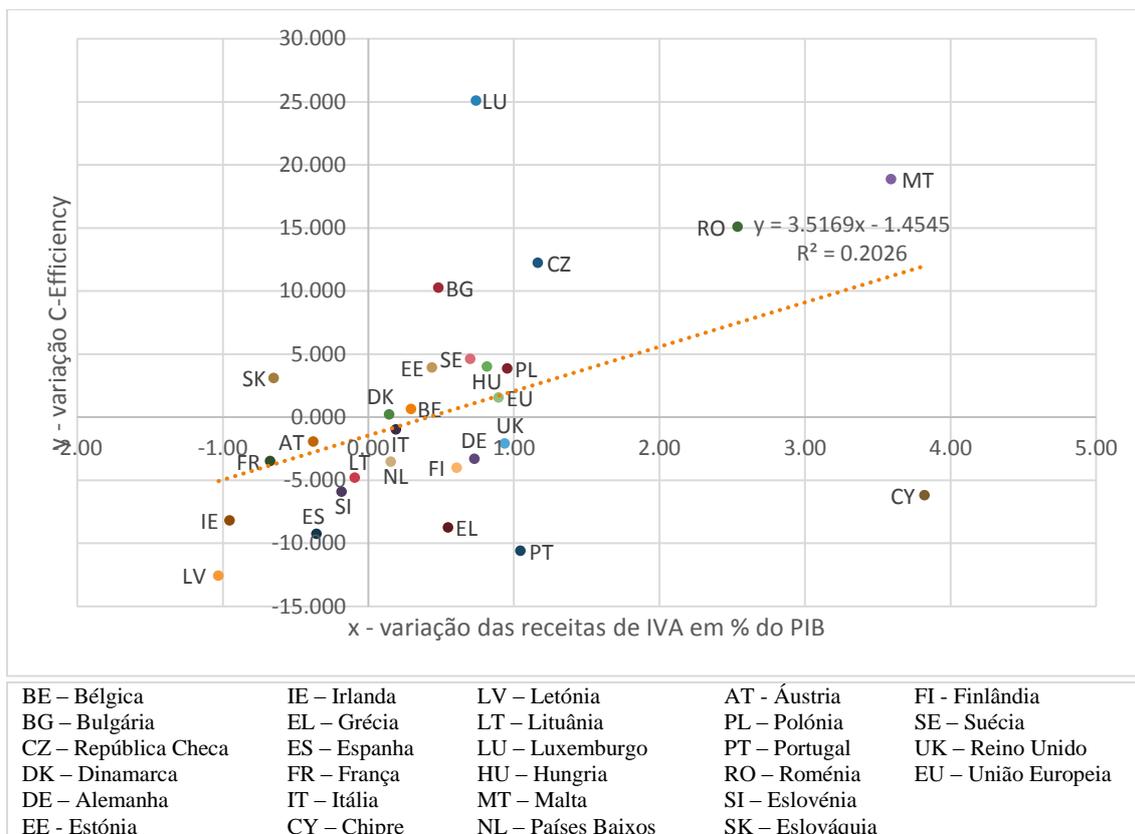
6.2. C-Efficiency

De seguida será feita a análise ao indicador de eficiência *C-Efficiency*, com dados da tabela V (em anexo). Com a realização do gráfico V será possível perceber a relação entre o indicador *C-Efficiency* (variável dependente – y) e a variação das receitas em % do PIB (variável independente – x), e assim ter a perceção de como as receitas fiscais influenciam o indicador de eficiência *C-Efficiency*.

Através da análise do gráfico verifica-se que a maioria dos países da UE, tal como a média da UE, se encontra no 1º quadrante, ou seja, registaram um aumento das duas variáveis em questão. A média da União Europeia registou um aumento de 0,90 p.p. da receita de IVA em % do PIB e um aumento do *C-Efficiency* em 1,542 p.p..

Verificamos que Portugal se encontra no 4º quadrante, ou seja, registou um aumento da receita de IVA em % do PIB de 1,05 p.p. mas diminuiu o indicador *C-Efficiency* em 10,629 p.p.. Por sua vez, Espanha diminuiu ambas as variáveis, tanto a receita de IVA em % do PIB em 0,36 p.p. como o *C-Efficiency* em 9,368 p.p., encontrando-se assim no 3º quadrante.

Gráfico V. Variação C-Efficiency vs Variação da Receita de IVA, de 1998 a 2011



Fonte: realizado pela autora

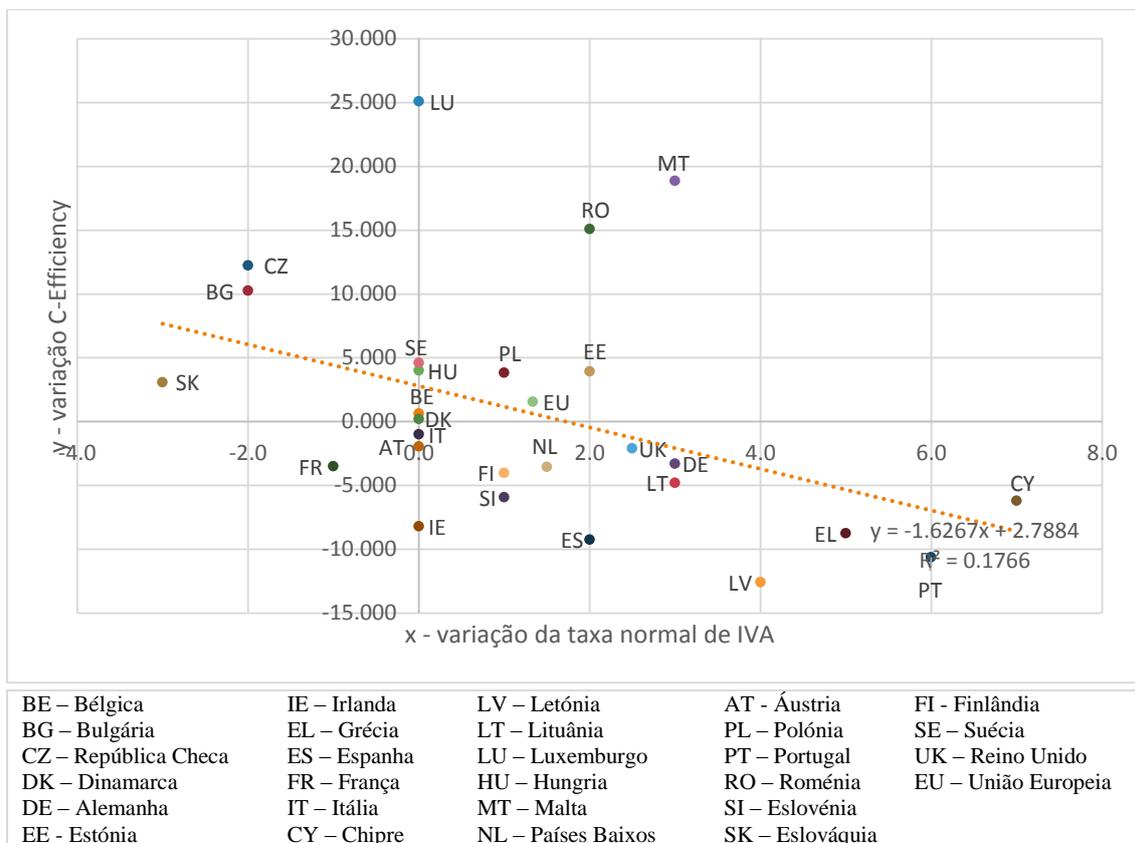
No gráfico VI é evidenciada a relação entre o indicador *C-Efficiency* (variável dependente – y) e a variação da taxa normal de IVA (variável independente – x), dados da tabela VI (em anexo).

Através da observação da tabela III (pag. 26) podemos concluir que a média da união europeia se encontra no 1º quadrante, ou seja, ambas as variáveis em estudo evoluem positivamente.

Tanto Portugal como Espanha, Alemanha, Grécia, Letónia, Lituânia, Países Baixos, Eslovénia, Finlândia e Reino Unido encontram-se no 4º quadrante, isto é, aumenta o crescimento económico e em contrapartida a variação do indicador *C-Efficiency* diminui.

Por outro lado, a Bélgica, Dinamarca, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Hungria, Áustria e Suécia registaram tanto aumentos como diminuições do indicador *C-Efficiency* sem assinalar qualquer variação na taxa normal de IVA.

Gráfico VI. Variação C-Efficiency vs Variação da Taxa Normal, de IVA de 1998 a 2011

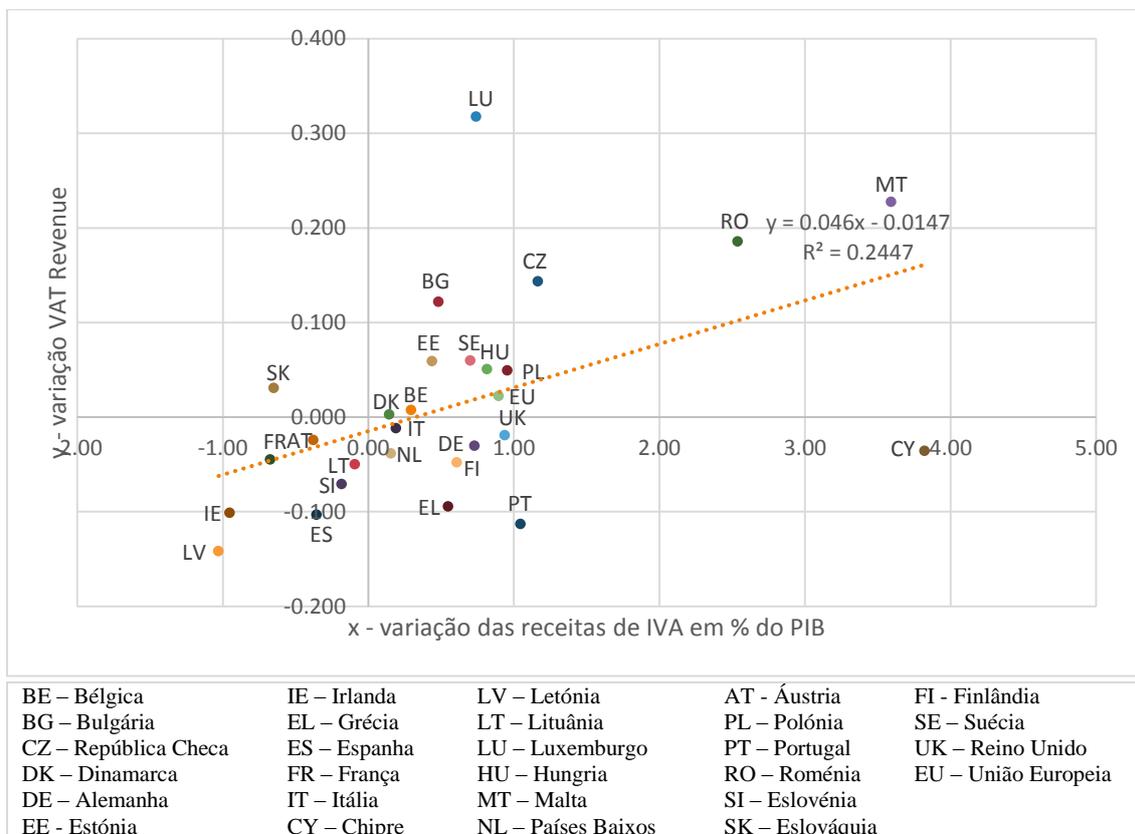


Fonte: realizado pela autora

6.3. VAT Revenue

Por último foi feita a análise do indicador *VAT Revenue* nos gráficos VII e VIII. A partir do gráfico VII onde é feito o estudo entre a variação do indicador *VAT Revenue* (variável dependente – y) e a variação das receitas de IVA em % do PIB (variável independente – x) chegamos às mesmas conclusões dos outros dois gráficos (III e V) que consideram a mesma variável “receita de IVA em % do PIB”. A média da União Europeia situa-se no 1º quadrante pois existe um aumento das receitas em % do PIB de 0,90 p.p. e do *VAT Revenue* de 0,022 p.p., Portugal encontra-se no 4º quadrante registando um aumento da receita de IVA em % PIB e uma diminuição do *VAT Revenue* de 0,113 p.p. e Espanha está situada no 3º quadrante registando uma variação negativa em ambas as variáveis em questão, tendo verificado uma diminuição do *Vat Revenue* de 0,103 p.p..

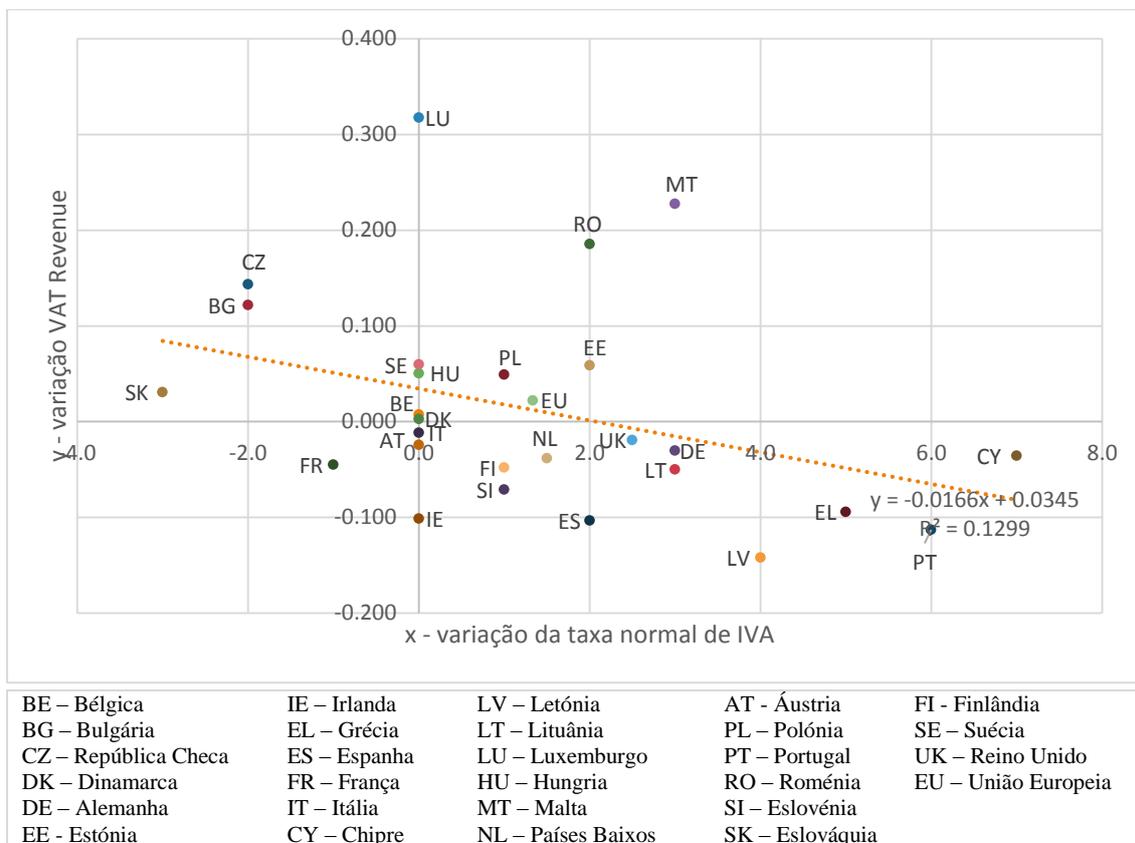
Gráfico VII. Variação VAT Revenue vs Variação da Receita de IVA de 1998 a 2011



Fonte: realizado pela autora

Como podemos observar pela tabela III (pag. 26), todos os gráficos onde é feita a análise da variável independente “taxa normal de IVA” (IV, VI e VIII) apresentam a mesma direção das variáveis em estudo para a média da União Europeia, Portugal e Espanha. Assim sendo chegamos à mesma conclusão que tirámos nos gráficos IV e VI, ou seja, a média da União Europeia situa-se no 1º quadrante e Portugal e Espanha situam-se no 4º quadrante.

Gráfico VIII. Variação VAT Revenue vs Variação da Taxa Normal de IVA, de 1998 a 2011



Fonte: realizado pela autora

6.4. Síntese da análise dos vários gráficos

Regra geral, na União Europeia, um aumento da receita gera um aumento do *VAT Productivity*, do *C-efficiency* e do *VAT Revenue* e a variação positiva da taxa normal de IVA faz aumentar o *VAT Productivity*, o *C-efficiency* e o *VAT Revenue*.

No capítulo 5 foi analisada a relação entre a variação da receita de IVA em % do PIB vs variação da taxa normal de IVA de 1998 a 2011 e concluímos que a maioria dos países da união europeia se encontra no 1º quadrante, ou seja, aumentam a taxa normal de IVA e por conseguinte aumentam as receitas em % do PIB. Portanto estas duas análises encontram-se correlacionadas e chegam às mesmas conclusões.

Tabela III. Análise desde o gráfico 18 até ao gráfico 23

	<i>VAT Productivity</i>		<i>C-Efficiency</i>		<i>VAT Revenue</i>	
	Gráfico 18	Gráfico 19	Gráfico 20	Gráfico 21	Gráfico 22	Gráfico 23
UE	↗ Receita de IVA ↓ ↘ VAT Productivity	↗ Tx IVA ↓ ↘ VAT Productivity	↗ Receita de IVA ↓ ↘ C-Efficiency	↗ Tx IVA ↓ ↘ C-Efficiency	↗ Receita de IVA ↓ ↘ VAT Revenue	↗ Tx IVA ↓ ↘ VAT Revenue
PT	↗ Receita de IVA ↓ ↘ VAT Productivity	↗ Tx IVA ↓ ↘ VAT Productivity	↗ Receita de IVA ↓ ↘ C-Efficiency	↗ Tx IVA ↓ ↘ C-Efficiency	↗ Receita de IVA ↓ ↘ VAT Revenue	↗ Tx IVA ↓ ↘ VAT Revenue
ES	↘ Receita de IVA ↓ ↘ VAT Productivity	↗ Tx IVA ↓ ↘ VAT Productivity	↘ Receita de IVA ↓ ↘ C-Efficiency	↗ Tx IVA ↓ ↘ C-Efficiency	↘ Receita de IVA ↓ ↘ VAT Revenue	↗ Tx IVA ↓ ↘ VAT Revenue

Fonte: realizado pela autora

Como podemos observar pela tabela III Espanha e Portugal não apresentam as mesmas tendências apresentadas para a média da União Europeia.

Em Portugal, com o aumento das Receitas de IVA visualizamos uma diminuição do *VAT Productivity*, do *C-efficiency* e do *VAT Revenue*. Em Espanha existe uma diminuição da receita de IVA, no entanto, também é verificada uma diminuição do *VAT Productivity*, do *C-efficiency* e do *VAT Revenue*. Isto pode acontecer devido a variações do PIB ou alterações da base tributável.

Com o aumento da taxa de IVA, tanto Portugal como Espanha registaram uma diminuição dos três indicadores (*VAT Productivity*, *C-efficiency* e *VAT Revenue*).

7. Conclusão

Com a realização deste trabalho procurou-se estudar a evolução e a eficiência do imposto sobre o valor acrescentado nos países da UE no período compreendido entre 1998 e 2011. Foi feita uma análise para auferir qual o impacto da política orçamental adotada pelos respetivos países em relação ao IVA e como esta influencia os rendimentos de cada um. Foi feita também uma comparação da posição de Portugal e Espanha face aos restantes Estado-Membros.

A análise do presente estudo teve em consideração os níveis de tributação sobre os rendimentos das sociedades dos 27 Estados-Membros que compõem a UE, através de 5 categorias de indicadores:

- Receita total de imposto em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)
- Imposto sobre o valor acrescentado em relação ao PIB
- Imposto sobre o valor acrescentado em relação à tributação total
- Taxa normal de IVA
- Taxas de imposto implícitas de tributação em relação ao consumo.

Os dados utilizados neste estudo foram obtidos a partir do Eurostat tendo sido a amostra constituída pelos 27 países da UE, durante o período desde 1998 até 2011.

Através da Revisão de Literatura podemos concluir que é importante existir uma harmonização fiscal, mais propriamente sobre o Imposto sobre o Valor Acrescentado, tendo como objetivo principal eliminar as distorções tributárias que impedem a construção do mercado interno, aproximando gradualmente os vários sistemas fiscais.

No que se refere às análises efetuadas à evolução do IVA pode-se concluir que a média da UE-27 e ZE-17 se encontra muito constante para todas as categorias em análise no período em estudo. Portugal e Espanha apresentam umas grandes oscilações em todas essas categorias, no entanto existe sempre o mesmo ponto de referência (ano 2009) em que ambos os países apresentam o seu pico mais baixo de evolução.

Este decréscimo registado em 2009 é em parte explicado pelo efeito da conjuntura económica que afetou os diversos setores, levando ao conseqüente decréscimo da economia dos vários países que integram a UE.

De forma a perceber a influência das receitas de IVA em % do PIB sobre a taxa normal de IVA e sobre a taxa implícita em % do consumo, foi realizada uma análise da evolução das receitas de IVA de 1998 até 2011. Conclui-se portanto que, na média da união europeia, com um aumento da taxa normal de IVA e da taxa implícita em % do consumo existe um aumento das receitas de IVA em % do PIB. Espanha não segue nenhuma destas tendências da UE, pois com o aumento da taxa normal de IVA e com a diminuição da taxa implícita em % do consumo diminuí as Receitas de IVA em % do

PIB. Portugal por sua vez segue a tendência da União Europeia quando se analisa a variação da taxa normal de IVA mas diminui a taxa implícita em % do consumo e aumenta as receitas de IVA em % do PIB.

Por fim foi realizada uma análise à evolução da eficiência do IVA entre os anos de 1998 e 2011. Os três indicadores utilizados para esta análise foram o *VAT Productivity*, *C-efficiency* e o *VAT Revenue*. Estes indicadores têm sido utilizados em muitos estudos para investigar questões de cumprimento e execução e eles têm sido usados também como ferramentas para compreender e comparar os fatores determinantes de cumprimento do IVA em diferentes países, comparar o cumprimento em matéria de IVA específicos de cada país ao longo do tempo, determinar a taxa de IVA ótima e avaliar os efeitos dos modelos de reforma do IVA na fraude ao IVA. No entanto a literatura identifica uma série de limitações para os indicadores, as quais estão expostas na Revisão de Literatura.

Através da análise feita é verificamos que na média da União Europeia, com um aumento da receita IVA ou da taxa normal de IVA o *VAT Productivity*, o *C-efficiency* e o *VAT Revenue* aumentam. Conclui-se assim que o aumento de uma destas variáveis gera um aumento da eficiência do IVA.

Relativamente a Portugal e Espanha isto não acontece. Em Portugal um aumento da receita de IVA gera uma diminuição de eficiência do IVA, comprovado pelos três indicadores em estudo e em Espanha com a diminuição da receita de IVA houve uma diminuição da eficiência do IVA. Quanto à taxa normal de IVA, tanto em Espanha como em Portugal foi registado um aumento dessa taxa entre 1998 e 2011 o que fez com que a eficiência do IVA diminuísse em todos os indicadores.

Uma das principais limitações deste trabalho foi a falta de estudos e de literatura académica sobre o IVA *across* UE e sobre a eficiência do IVA, mais propriamente sobre os indicadores de eficiência em estudo.

Como sugestão futura, considero importante realizar a análise da eficiência com outros indicadores para que haja uma perspetiva cada vez mais aprofundada desta temática com o estudo de outras variáveis. Considero também interessante realizar o estudo a uma amostra temporal alargada a um maior número de países.

8. Bibliografia

- Aizenman, J., & Jinjarak, Y. (2008). The Collection Efficiency of the Value Added Tax: Theory and International Evidence. *Journal of International Trade and*, 391-410.
- Bird, R. M., & Gendron, P. P. (2007). *The VAT in Developing and Transitional Countries*. Cambridge University Press.
- Blanchard, O., & Perotti, R. (2002). An empirical characterization of the dynamic effects of changes in government spending and taxes on output. *The Quarterly Journal of Economics*, 1329-1368.
- Bleaney, M., Gemmell, N., & Kneller, R. (2001). Testing the endogenous growth model: public expenditure, taxation and growth over the long-run. *Canadian Journal of Economics*, 36-57.
- Cashin, P. (1995). Government spending, taxes and economic growth. *IMF Staff Papers*, 237-269.
- Correia, A. (Dezembro de 1995). O IVA na União Europeia – As dificuldades do processo de harmonização. *Estudos Jurídicos e Políticos*, pp. 42-53.
- De la Fuente, A. (1997). Fiscal Policy and Growth in OECD. *Centre for Economic Policy Research Discussion Paper, n.º 1755*.
- De Mello, L. (2009). Avoiding the Value Added Tax: Theory and Cross-Country Evidence. *Public Finance Review*, 27-46.
- Doménech, R., & Garcia, J. R. (2001). Estructura fiscal y crecimiento económico en la OECD. *Investigaciones Económicas, XXV*, 441-472.
- Easterly, W., & Rebelo, S. (1993). Fiscal policy and economic growth: an empirical investigation. *Journal of Monetary Economics*, 417-458.
- Engen, E., & Skinner, J. (1992). Fiscal policy and economic growth. *NBER Working Paper n.º 4223*.
- European Commission. (01 de Março de 2000). *Reforming the Commission - A White Paper - Part II - Action plan COM/2000/0200 final*. Obtido em 24 de Fevereiro de 2014, de EUR-Lex: [http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/HTML/?uri=CELEX:52000DC0200\(02\)&qid=1413045121453&from=EN](http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/HTML/?uri=CELEX:52000DC0200(02)&qid=1413045121453&from=EN)
- Garcia, E. C., Padsdorf, M. N., & Mihi-Ramirez, A. (2013). Fiscal Harmonization and Economic Integration in the European Union. *Inzinerine Ekonomika-Engineering Economics*, 44-51.

- Gebauer, A., Nam, C. W., & et al. (2007). Can Reform Models of Value Added Taxation Stop the VAT Evasion and Revenue Shortfalls in the EU? *Journal of Economic Policy Reform*, 1-13.
- Gemmell, N., & Kneller, R. (2003). Fiscal policy, growth and convergence in Europe. *New Zealand Treasury, Working Paper 03/14*, 1-24.
- Hybka. (2009). VAT collection efficiency in Poland before and after accession to the European Union – A comparative analysis. *Ekonomica*, 7-18.
- Jack, W. (1996). The efficiency of VAT implementation: A comparative study of Central and Eastern European countries in transition. *IMF working paper*, WP/96/79.
- Keen, M., & Smith, S. (2006). VAT fraud and evasion: what do we know and what can be done? *National Tax Journal*, 861-887.
- Koester, R. B., & Kormendi, R. (1989). Taxation, aggregate activity and economic growth: cross-country evidence on some supply-side hypotheses. *Economic Inquiry*, XXVII, 367-386.
- Kormendi, R., & Meguire, P. G. (1985). Macroeconomic determinants of growth: cross-country evidence. *Journal of Monetary Economics*, 141-163.
- Martins, A. M., & dos Santos, A. C. (2009). *Relatório do Grupo para o Estudo da Política Fiscal - competitividade, eficiência e justiça do sistema fiscal*. Lisboa: Ministério das Finanças e da Administração Pública - Secretaria do estado e dos assuntos Fiscais.
- Matthews, K. (2003). VAT Evasion and VAT Avoidance: Is There a European Laffer Curve for VAT? *International Review of Applied Economics*, 105-114.
- Mendoza, E. G., Milesi-Ferrati, G. M., & Asea, A. P. (1997). On the ineffectiveness of tax policy in altering long-run growth: Harberger's superneutrality conjecture. *Journal of Public Economics*, 99-126.
- Menjivar, J. E. (Nov de 2010). Eliminating double taxation. *International Financial Law Review*, 85.
- Myles, G. D. (2000). Taxation and economic growth. *Fiscal Studies*, 141-168.
- OECD. (2008). *Consumption tax trends 2008: VAT/GST and excise rates, trends and administration issues*. Paris: OECD.
- Padovano, F., & Galli, E. (2002). Comparing the growth effects of marginal versus average tax rates and progressivity. *European Journal of Political Economy*, 529-544.
- Rodriguez, E. F., & Garcia, S. A. (2002). *Evolucion de la Armonizacion Comunitaria del Impuesto Sobre Sociedades en Materia Contable y Fiscal, DOC. nº 17/02*. Instituto de Estudios Fiscales y Universidad de Oviedo .

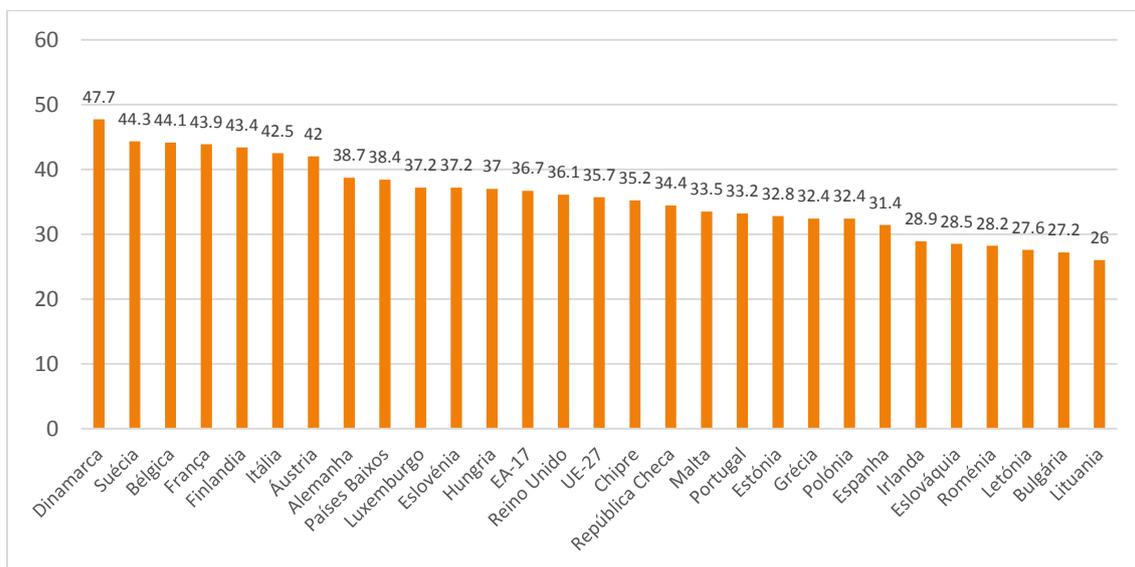
Slemrod, J. (1995). What do cross-country studies teach about government involvement, prosperity, and economic growth. *Brookings Papers on Economic Activity*, 373-431.

WIDMALM, F. (2001). Tax structure and growth: are some taxes better than others? *Public Choice*, 199-219.

Wright, R. (1996). Redistribution and growth. *Journal of Public Economics*, 327-338.

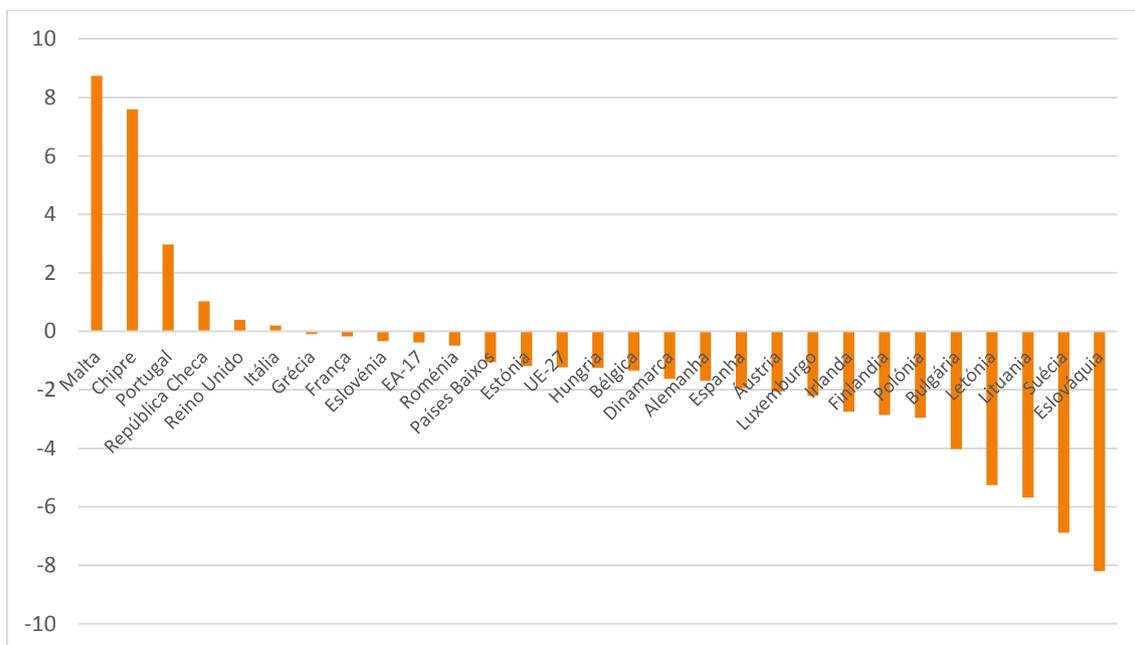
Anexos

Gráfico 9. Tributação Total em % do PIB em 2011



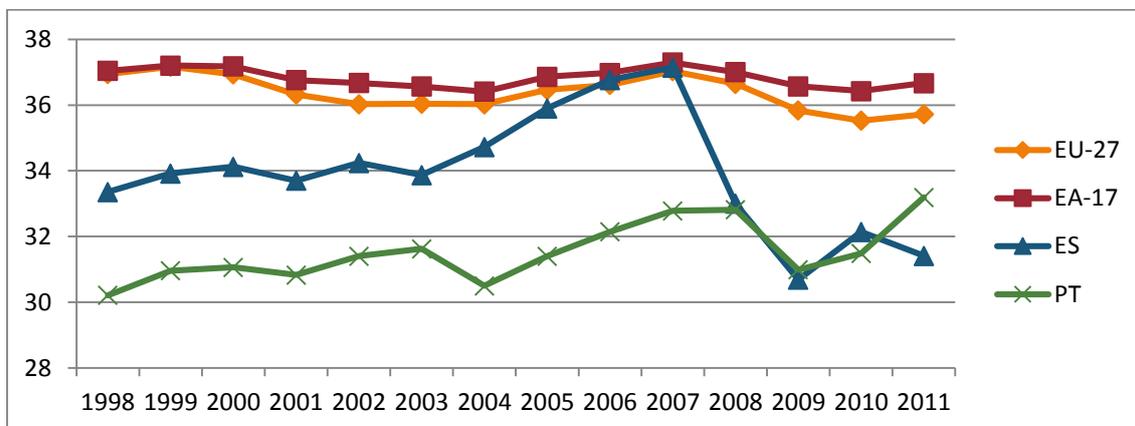
Fonte: Eurostat (2013)

Gráfico 10. Variação da Tributação Total em % do PIB, de 1998 até 2011



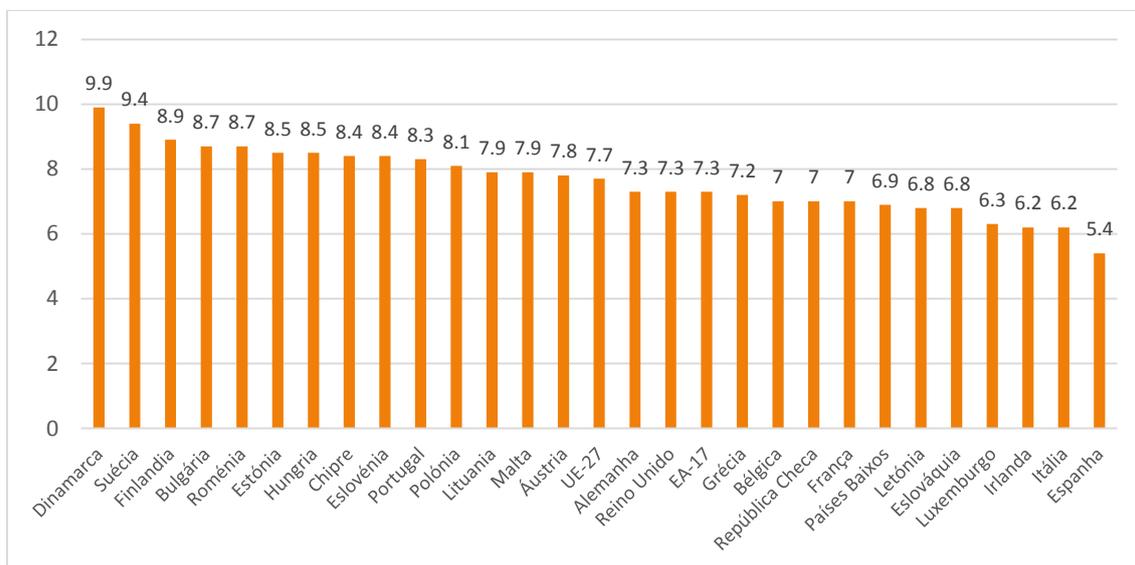
Fonte: Eurostat (2013)

Gráfico 11. Evolução da UE-27 vs Zona Euro-17 vs Portugal vs Espanha, entre 1998 e 2011



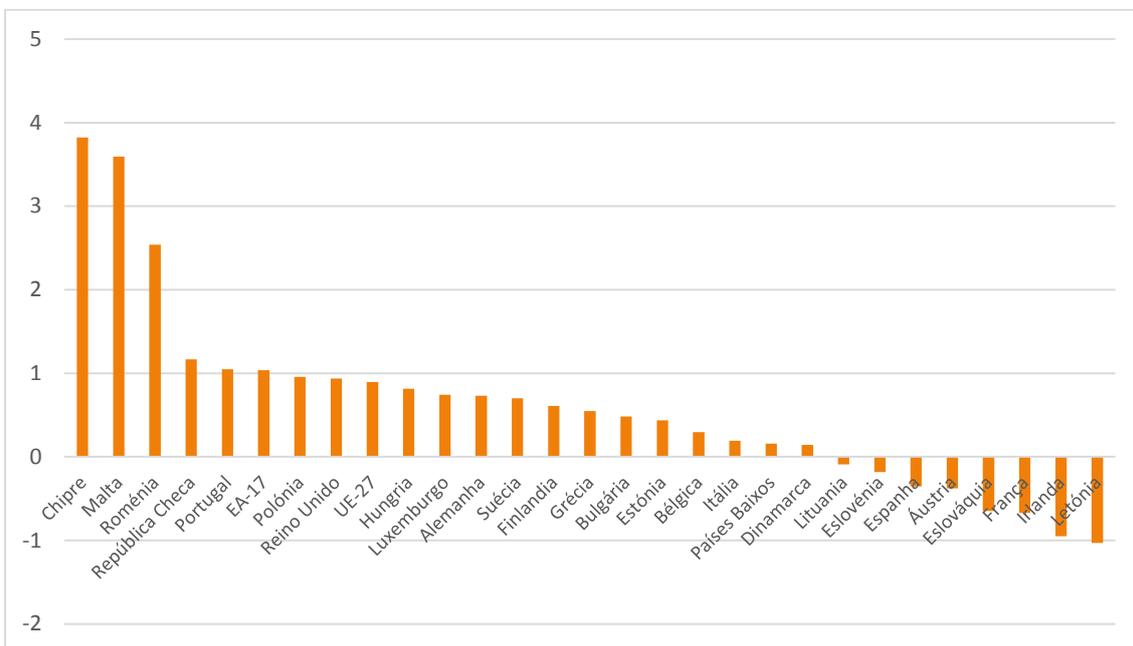
Fonte: Eurostat (2013)

Gráfico 12. IVA em % do PIB em 2011



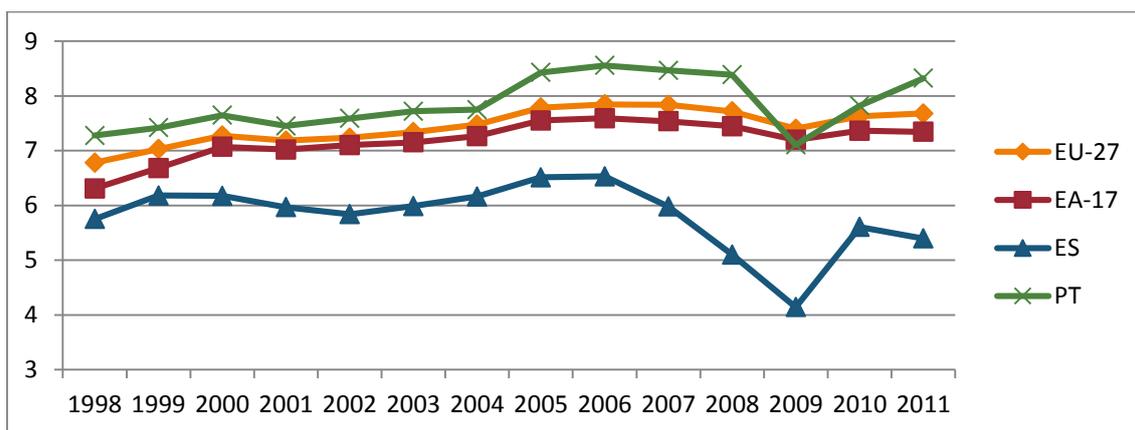
Fonte: Eurostat (2013)

Gráfico 13. Variação do IVA em % do PIB, de 1998 até 2011



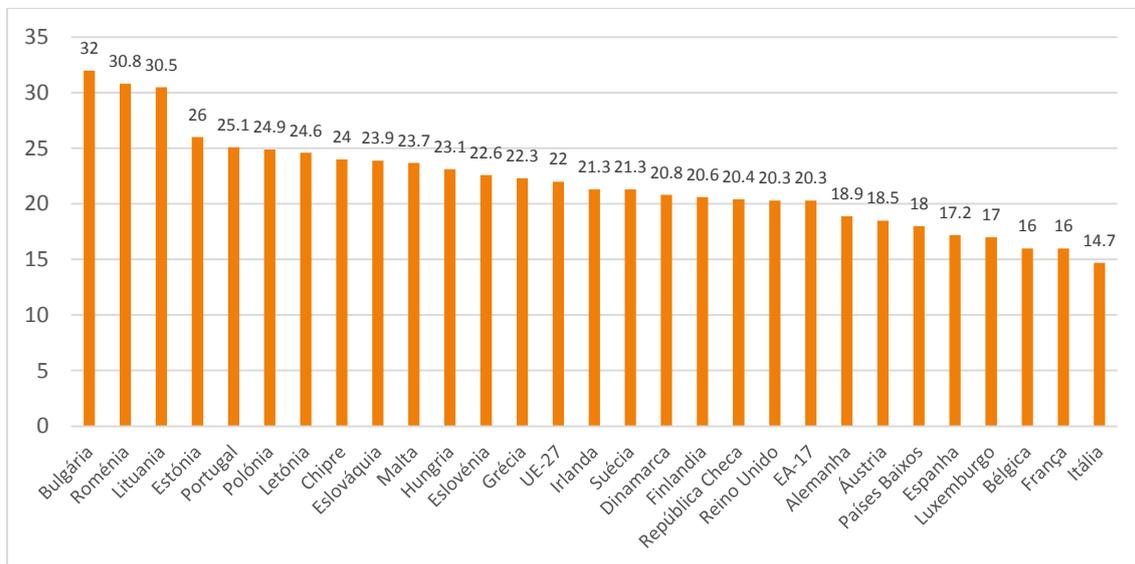
Fonte: Eurostat (2013)

Gráfico 14. Evolução da UE-27 vs Zona Euro-17 vs Portugal vs Espanha, entre 1998 e 2011



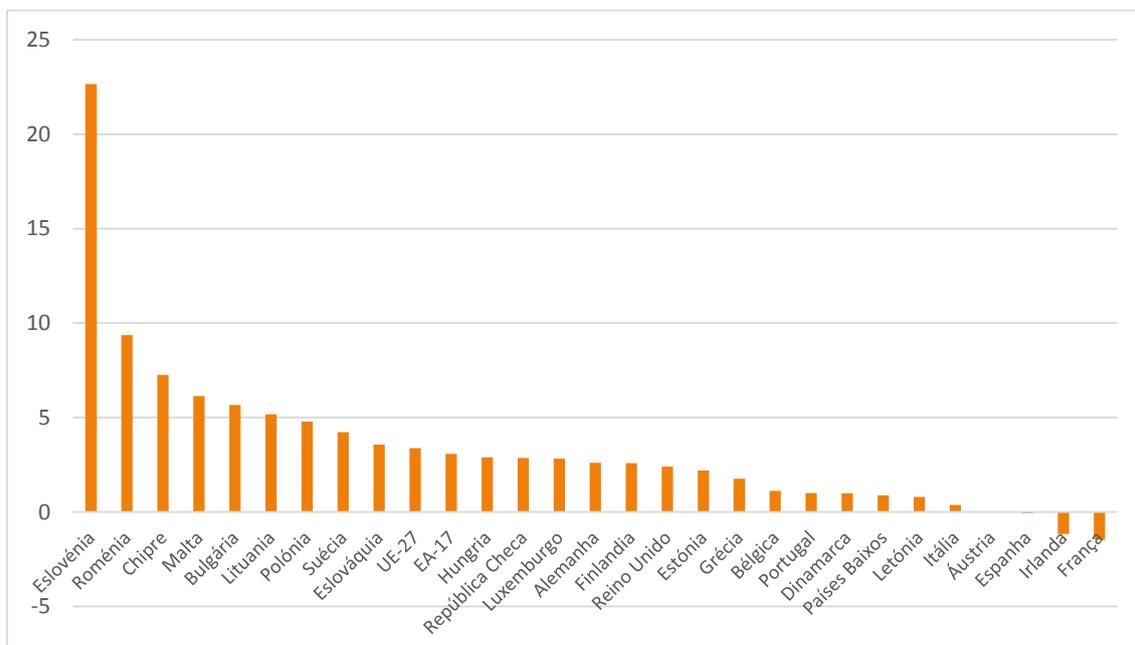
Fonte: Eurostat (2013)

Gráfico 15. IVA em % da tributação total em 2011



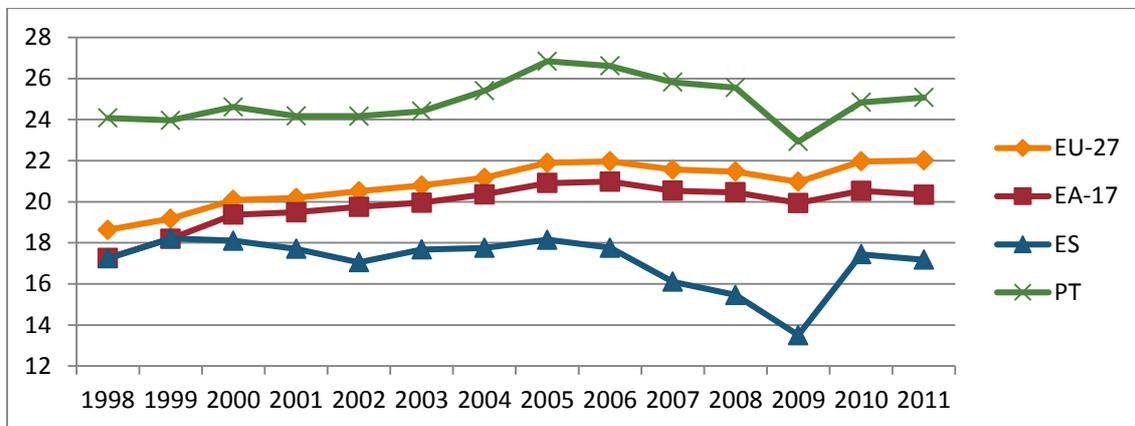
Fonte: Eurostat (2013)

Gráfico 16. Variação do IVA em % da tributação total, de 1998 até 2011



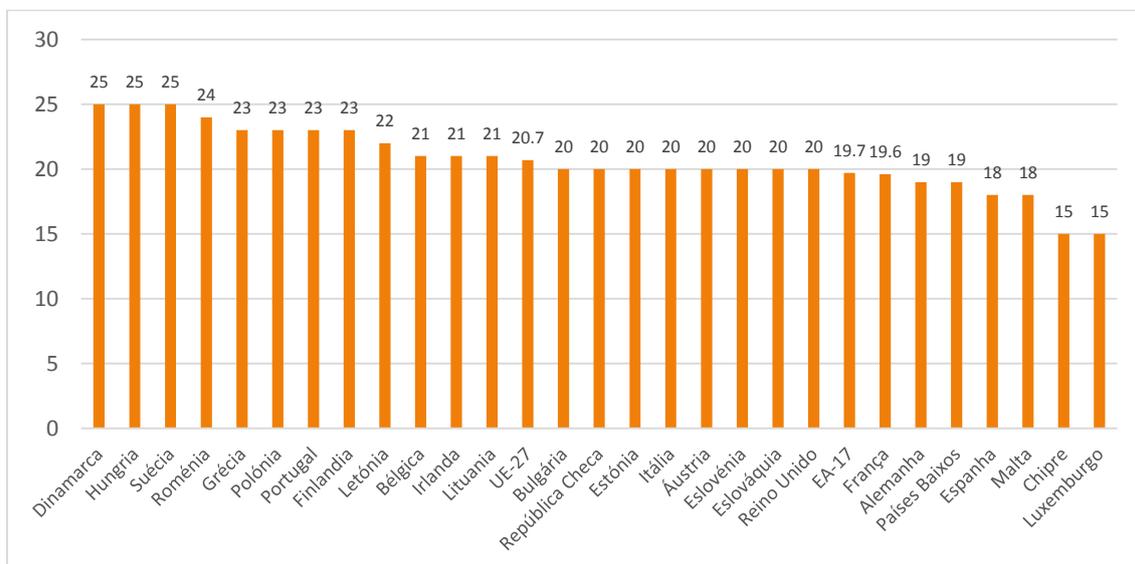
Fonte: Eurostat (2013)

Gráfico 17. Evolução da UE-27 vs Zona Euro-17 vs Portugal vs Espanha, entre 1998 e 2011



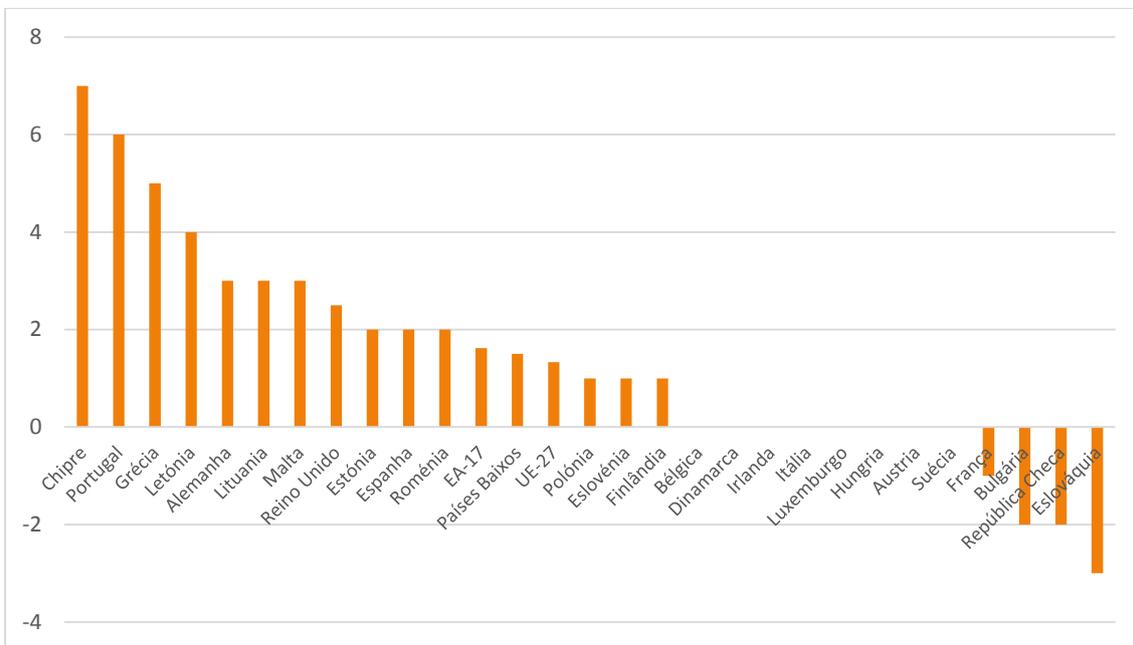
Fonte: Eurostat (2013)

Gráfico 18. Taxa Normal de IVA em 2011



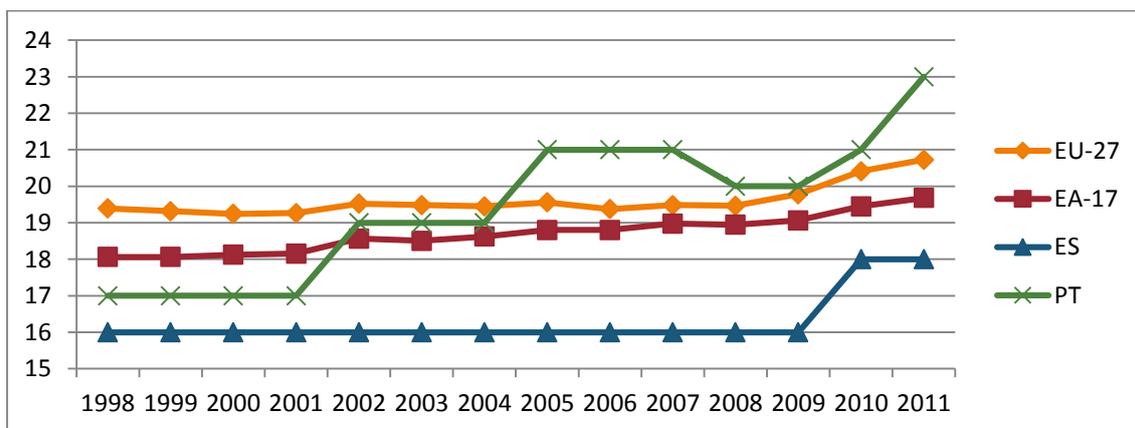
Fonte: Eurostat (2013)

Gráfico 19. *Varição da Taxa Normal de IVA, de 1998 até 2011*



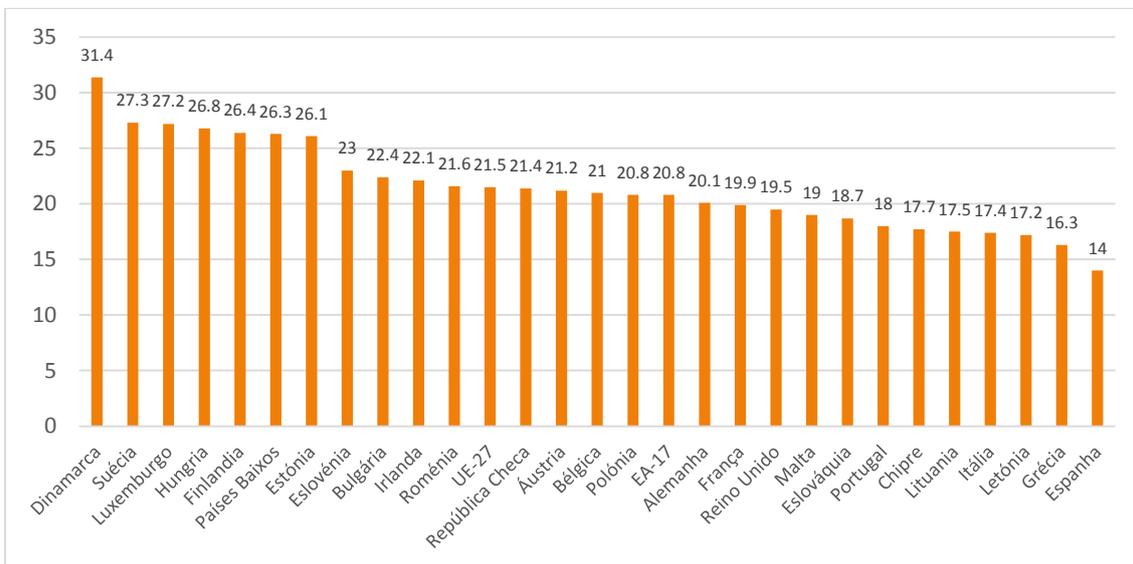
Fonte: Eurostat (2013)

Gráfico 20. *Evolução da UE-27 vs Zona Euro-17 vs Portugal vs Espanha, entre 1998 e 2011*



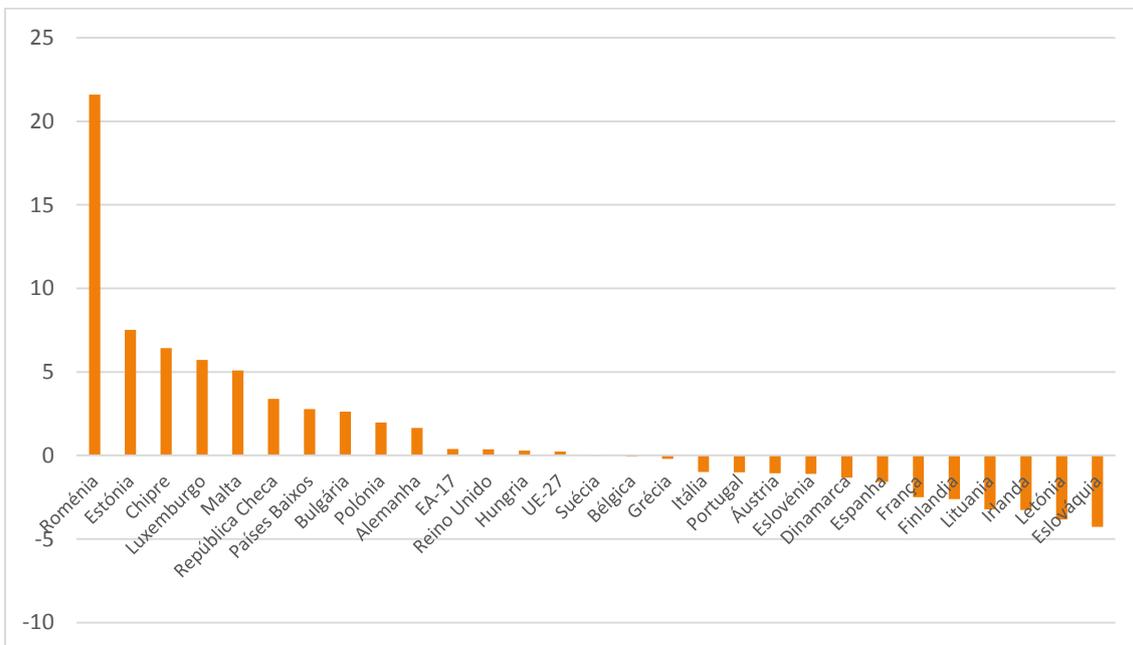
Fonte: Eurostat (2013)

Gráfico 21. Taxa de imposto implícita em % do consumo em 2011



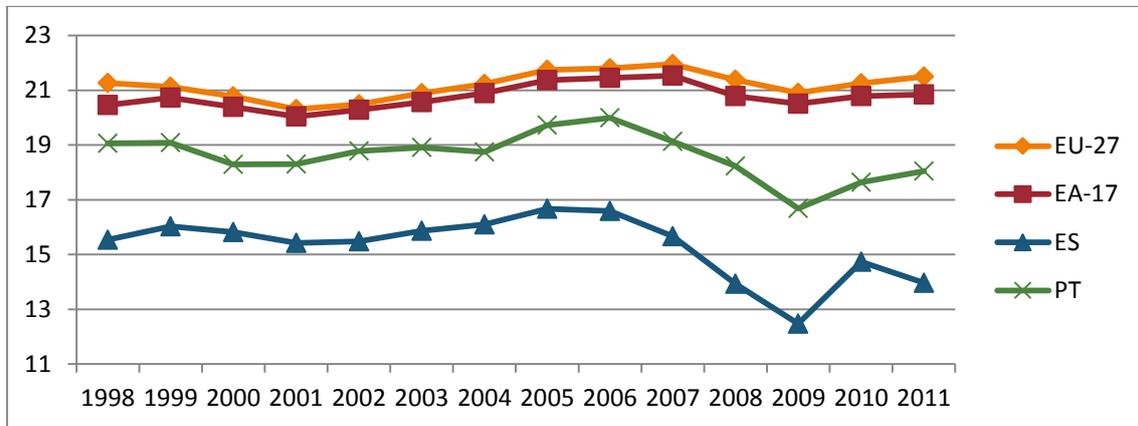
Fonte: Eurostat (2013)

Gráfico 22. Variação da taxa de imposto implícita em % do consumo, de 1998 até 2011



Fonte: Eurostat (2013)

Gráfico 23. Evolução da UE-27 vs Zona Euro-17 vs Portugal vs Espanha, entre 1998 e 2011



Fonte: Eurostat (2013)